

Recebido em: 15/04/2024
Aprovado em: 19/04/2024
Publicado em: 06/08/2024

[TRADUÇÃO]

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA DO VALOR DE MARX E COMO
ELA DIFERE DA DE RICARDO

Por

Isaak Il'ich Rubin¹

Tradução

Rafael de Almeida Padial²

(rfpadial@gmail.com)

Resumo: A questão da relação entre a teoria econômica de [Karl] Marx e as de seus predecessores clássicos, especialmente a de [David] Ricardo, é de grande interesse científico. Podemos afirmar com segurança que sem compreender claramente a relação de Marx com Ricardo não podemos entender corretamente as novidades trazidas pelo primeiro à teoria econômica ou o papel ocupado por ele na história do pensamento econômico. À primeira vista, pode parecer que essa questão foi resolvida há muito tempo e não está aberta a dúvidas em nossa época. Um século se passou desde que apareceu a grande obra de Ricardo e mais de meio século desde que o volume I de O capital veio à luz. Seria realmente possível que a questão da relação entre Marx e a economia política clássica ainda hoje não estivesse resolvida? Infelizmente, temos de afirmar que é exatamente assim que as coisas estão. É difícil encontrar dois economistas que estejam em completo acordo nessa questão e o leitor encontrará alguns julgamentos contraditórios sobre isso no livro de Rosenberg que ora trazemos à atenção. Ainda hoje tal questão provoca debates acalorados e a ciência econômica menos do que nunca pode considerá-la resolvida (da Introdução de Isaac Rubin ao artigo).

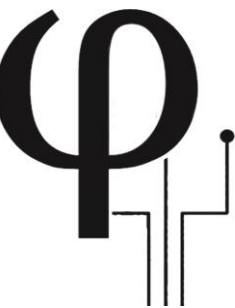
Palavras-chave: Karl Marx. O Capital. David Ricardo. Teoria do Valor.

¹ Fonte: Introdução a ROSENBERG, I. *Teoriya stoimosti u Ricardo i u Marksa: kriticheskii etyud* [Teoria do valor em Marx e Ricardo: estudo crítico]. Moscow: Moskovskii rabochii, 1924, pp. 6-62. A edição alemã do livro é ROSENBERG, Isaiah. *Ricardo und Marx als Werttheoretiker. Eine Kritische Studie*. Wien: Ignaz Brand, 1904. Algumas partes deste ensaio de Rubin também apareceram nos capítulos 1, 2, 4 e 8 de seu *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* [RUBIN, I. I., *Essays on Marx's Theory of Value*, Montreal: Black Rose Books, 1990]. Nós as retraduzimos para este volume. [Nota da edição inglesa]. Esta tradução é feita a partir da edição em língua inglesa e é extraída da seguinte coletânea: DAY, Richard B. & GAIDO, Daniel F., *Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden/Boston: Brill, 2017, pp. 540–582. [Nota do tradutor brasileiro]

² Doutor e Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3759104161090969>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5943-5613>.



INTRODUÇÃO

A questão da relação entre a teoria econômica de [Karl] Marx e as de seus predecessores clássicos, especialmente a de [David] Ricardo, é de grande interesse científico. Podemos afirmar com segurança que sem compreender claramente a relação de Marx com Ricardo não podemos entender corretamente as novidades trazidas pelo primeiro à teoria econômica ou o papel ocupado por ele na história do pensamento econômico. À primeira vista, pode parecer que essa questão foi resolvida há muito tempo e não está aberta a dúvidas em nossa época. Um século se passou desde que apareceu a grande obra de Ricardo e mais de meio século desde que o volume I de *O capital* veio à luz. Seria realmente possível que a questão da relação entre Marx e a economia política clássica ainda hoje não estivesse resolvida? Infelizmente, temos de afirmar que é exatamente assim que as coisas estão. É difícil encontrar dois economistas que estejam em completo acordo nessa questão e o leitor encontrará alguns julgamentos contraditórios sobre isso no livro de Rosenberg que ora trazemos à atenção. Ainda hoje tal questão provoca debates acalorados e a ciência econômica menos do que nunca pode considerá-la resolvida.

Por mais estranho que esse fenômeno possa parecer, há uma dupla razão para que aconteça. Por um lado, desde o final do século XIX a ciência econômica burguesa tem reconsiderado fortemente as suas visões majoritárias anteriores a respeito da teoria do valor de Smith e de Ricardo. Até então, a teoria econômica dos clássicos, com uma ou outra modificação, representava a base sobre a qual as novas construções teóricas se erguiam. Os ataques da escola histórica ao método abstrato-dedutivo dos clássicos falharam, pois, a própria escola histórica revelou rapidamente a sua completa inadequação teórica. As coisas mudaram dramaticamente no final do século XIX. A teoria da utilidade marginal apareceu na cena da ciência oficial e prevaleceu rapidamente. Essa teoria não podia ignorar a teoria objetiva do valor, apresentada pelos clássicos em sua época e que figurava como ponto de partida para a teoria do valor de Marx. Os representantes mais descompromissados da escola subjetiva lançaram um ataque frontal resoluto contra os clássicos, na tentativa de mostrar quão incorretas, contraditórias e carentes de substância eram as suas teorias. Outros representantes da ciência oficial preferiram cercar os clássicos pela retaguarda e mostrar como, em essência, eles nunca defenderam a teoria do valor-trabalho e que fora apenas um erro referir-se a eles nesses

termos por mais de um século. Adam Smith começou então a ser descrito como um teórico do valor-trabalho subjetivo ou mesmo do valor de uso (uma visão com certa fundamentação) e precursor da teoria da utilidade marginal (para o quê não há fundamentação). Na teoria de Ricardo foi então discernida uma teoria dos custos de produção, mas sem conexão com o valor-trabalho. No que diz respeito a Smith, a "revisão" crítica de concepções previamente aceitas de sua teoria do valor traz alguns resultados positivos – em nossa opinião – e destaca a variedade de influências e temas teóricos imbricados em sua teoria. Mas mesmo esses resultados positivos são apresentados pelos críticos numa forma extremamente unilateral e exagerada – e isso se aplica ainda mais a Ricardo. As tentativas de negar a importância que tinha a teoria do valor-trabalho para Ricardo são fundamentalmente falsas, e, em vez de corrigir, distorcem as perspectivas do desenvolvimento do pensamento econômico.

Se a ciência econômica burguesa se ocupou recentemente com "reavaliar o que há de importante" na escola clássica, o pensamento marxista, pelo contrário, adquiriu, nos três volumes das *Teorias do Mais-valor*, um material novo e extensivo que nos permite olhar mais profundamente a relação entre a teoria de Marx e a de seus predecessores. Essa questão aguarda estudo detalhado. Nos dias de hoje ela não apenas continua a causar desentendimentos entre os apoiadores e oponentes do marxismo, mas também não encontra resposta unânime dentro de cada um desses campos. O caráter complexo e discutível da questão sobre a relação entre Marx e os clássicos justifica completamente a tradução para o russo do livro de Rosenberg sobre as teorias do valor em Marx e Ricardo. O autor – um apoiador da teoria do valor de Marx – apresenta suas lições sobre Ricardo e Marx em forma clara e sistemática e compara os méritos de ambos. Numa série de pontos, ele traça cuidadosamente as similaridades e diferenças entre os dois pensadores. Entretanto, essa análise sistemática e detalhada dos diferentes pontos das duas teorias, o que é o grande mérito do livro de Rosenberg, é também a fonte das suas fraquezas³. O autor não elucida os fundamentos gerais e metodológicos das duas teorias, e, como resultado, inclina-se por tratá-las como similares, sem clarificar suficientemente a diferença de princípio entre elas. Rosenberg também é conduzido nessa direção por sua polêmica fervorosa e totalmente sem sucesso contra os que defendem que a teoria de Ricardo não tem conexão com a teoria do valor-trabalho. Sua ênfase forçada na

³ Veja Hilferding, 1922, pp. 63-78. [Ver HILFERDING, R., "Karl Marx's Formulation of the Problem of Theoretical Economics (1905)", in DAY, Richard B. & GAIDO, Daniel F., *Responses to Marx's Capital...*, op. cit., pp. 362-377].

importância de Ricardo como um teórico do valor-trabalho, por um lado, e a ausência de qualquer caracterização dos princípios metodológicos gerais da teoria do valor de Marx, por outro, levaram Rosenberg a uma extrema convergência entre os dois autores. O autor nota diversas discordâncias entre eles em questões individuais, mas é incapaz de mostrar o que há de novo, enquanto princípio, nas contribuições de Marx à ciência econômica, e o que o distingue de Ricardo. O próprio autor pressente esse fato; chega a afirmar que as diferenças entre Ricardo e Marx são um resultado "muito tênue" das diferenças entre as suas teorias do valor, e podem ser explicadas, em sua maioria, pelas diferenças entre as suas "visões históricas, sociológicas e filosóficas" (p. 112). Não é possível concordar com essa opinião. Há uma diferença fundamental entre as teorias econômicas de Ricardo e Marx em termos gerais, e, particularmente, entre as suas teorias do valor. Nossa intenção com este artigo é a de clarificar tal aspecto da questão e, portanto, corrigir a perspectiva que se obtém ao ler o livro de Rosenberg. Em conformidade com esse objetivo, nosso artigo não fornece uma análise detalhada de questões particulares, mas provê um esboço geral dos fundamentos metodológicos da teoria econômica de Marx e uma caracterização geral de sua teoria do valor. Voltamo-nos assim a uma comparação entre as teorias de Ricardo e Marx, por meio do que tocamos em nossos pontos de discordância com a apresentação de Rosenberg.

1 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA TEORIA ECONÔMICA DE MARX

Em termos conceituais, a teoria econômica de Marx está intimamente relacionada à sua teoria sociológica, o materialismo histórico. Há alguns anos, Hilferding notou que a teoria do materialismo histórico e a do valor-trabalho têm um ponto de partida em comum, a saber, o trabalho, "importando como o elemento que constitui a sociedade humana e cujo desenvolvimento determina, em última instância, o desenvolvimento social"⁴. Podemos estudar a atividade de trabalho das pessoas, reunidas em sociedade, sob duas perspectivas diferentes: ou como o agregado de meios de produção e dispositivos técnicos – com ajuda dos quais o homem supera a natureza e elabora os produtos de que necessita –, ou como a soma total das relações sociais que conectam as

⁴ Hilferding, *Böhm-Bawerk, kak kritik Marksa* (Moscow: Moskovskii rabochii, 1923), p. 16. [Hilferding, 1904].

peças no processo de produção. Daí a diferença entre o técnico e o econômico – entre o processo de produção técnico-material e a sua forma social, entre as forças produtivas e as relações sociais de produção entre as pessoas. Tanto a teoria do materialismo histórico quanto a teoria econômica de Marx giram em torno de uma e mesma questão básica, das relações entre as forças produtivas e as relações de produção entre pessoas. O assunto da investigação é o mesmo em ambos os casos: *a mudança das relações de produção entre as pessoas, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas*. O ajuste das relações de produção entre as pessoas e o desenvolvimento das forças produtivas – um processo que ocorre sob a forma de uma contradição gradualmente crescente entre eles, que por sua vez traz cataclismos – representa o tema básico da teoria do materialismo histórico. Assumindo a mesma abordagem metodológica geral para a sociedade produtora de mercadorias, chegamos à teoria econômica de Marx. Ela investiga *as relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista* e o processo de sua adaptação ao nível de desenvolvimento dado pelas forças produtivas; bem como o crescimento da contradição entre eles, expresso, entre outras coisas, nas crises.

Assim, a economia política não estuda o processo de trabalho enquanto tal, em termos de seu aspecto técnico-material, mas sim *as formas sociais da organização do trabalho* na sociedade capitalista. A teoria econômica de Marx inclui na investigação a técnica de produção (ou as forças produtivas) – e o mesmo vale para a teoria do materialismo histórico – somente como condição ou ponto de partida, e ela é apenas referida na medida em que é necessária para explicar o tema em estudo, a saber, as relações de produção entre as pessoas. Em Marx, a consistente distinção entre o processo de produção enquanto tal e a sua forma social lhe provê a chave para a compreensão de todo o sistema econômico. Isso determina imediatamente o método da economia política enquanto uma ciência *social e histórica*. No caos da vida econômica diversa e multifacetada, que envolve "processos de produção cientificamente combinados e socialmente arranjados"⁵, ela [a economia política] volta a nossa atenção, imediata e precisamente, às "combinações sociais" entre as pessoas no processo de produção, às relações de produção, para as quais a técnica da produção serve como condição ou base. A economia política não é uma ciência sobre a relação das *coisas com as coisas*, como supõem os economistas vulgares, ou da relação das *pessoas com as coisas*, como

⁵ Marx, 1976, p. 780.



argumenta a teoria da utilidade marginal, mas da relação *de pessoas com pessoas* no processo de produção.

Quando investiga as relações de produção entre pessoas na sociedade mercantil-capitalista, a economia política pressupõe uma forma social específica de economia e um tipo específico de sociedade. Não podemos entender corretamente um único elemento de *O capital* de Marx se não tivermos em mente que se refere a fenômenos ocorridos dentro de uma sociedade específica.

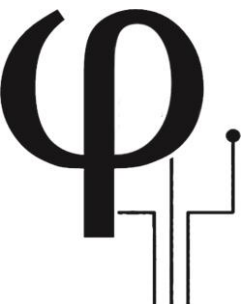
Como em qualquer *ciência histórica e social*, com respeito a categorias econômicas é sempre necessário lembrar que tanto na realidade quanto na mente há um assunto dado, no caso, a *sociedade burguesa contemporânea*, e que as categorias expressam assim formas de ser, condições de existência – e com frequência apenas aspectos separados – dessa sociedade específica, desse assunto⁶.

"No método teórico da economia política o assunto, ou seja, a sociedade, deve ser sempre tomado como pressuposto"⁷. Começando por uma pressuposição sociológica específica, a saber, pela estrutura social definida da economia, a economia política deve nos fornecer sobretudo a caracterização dessa forma de economia e as relações de produção correspondentes entre as pessoas. Marx nos dá uma tal caracterização geral em sua "teoria do fetiche da mercadoria", melhor compreendida como uma teoria geral das relações de produção da sociedade mercantil-capitalista. Após nos familiarizarmos em tal capítulo [capítulo 1 de *O capital*] com o caráter geral dessas relações de produção, lidamos, no capítulo seguinte, com uma dessas relações, a saber, a relação entre os produtores de mercadorias (investigada pela teoria do valor).

Retornando à análise da sociedade mercantil-capitalista, temos de considerá-la antes de tudo uma economia mercantil, baseada na multitude de empreendimentos privados separados, organizados e dirigidos por produtores de mercadorias isolados, assentados no direito à propriedade privada. A estrutura geral da economia mercantil apresenta os seguintes atributos básicos: 1) as células individuais da economia, ou seja, as empresas privadas separadas, são *formalmente independente* entre si; 2) elas são *conectadas materialmente* entre si como resultado da divisão social do trabalho, em cujos termos elas se complementam; 3) a ligação direta entre os produtores individuais de mercadorias é estabelecida apenas através da *troca*, a qual também influencia

⁶ Marx, 1970, p. 212 [ênfase de Rubin].

⁷ Marx, 1970, p. 207.



indiretamente a sua atividade *produtiva*. Em sua própria empresa, cada produtor de mercadoria pode decidir livremente pela produção de qualquer produto, com o uso de qualquer meio de produção adequado. Mas quando leva o produto final de seu trabalho ao mercado, visando à troca, ele não é livre para estabelecer as proporções de troca e deve cumprir as condições de mercado (a conjuntura), que são as mesmas para todos os produtores de um dado produto. A dependência do produtor frente ao mercado significa a dependência de sua atividade produtora frente à atividade produtora de todos os membros da sociedade. Se os produtores de roupa enviaram roupa demais ao mercado, então o Ivanov, um produtor de roupas que não aumentou a sua produção, sofrerá com a queda no preço das roupas e será compelido a diminuir sua produção. Se os demais produtores de roupas adotaram meios de produção melhorados (máquinas, por exemplo), nosso produtor de roupas igualmente terá de melhorar a sua tecnologia de produção. Em termos de padrão, escala e métodos de produção, um produtor individual de mercadorias, formalmente independente dos demais, é na verdade umbilicalmente ligado aos outros [produtores] no mercado, por meio das trocas. Os produtores individuais de mercadorias, que não são ligados entre si por relações sociais no processo de produção, estão conectados pela troca, pelas relações de produção de compra e venda, pelo movimento das coisas [*things*]. A atividade de trabalho das pessoas está conectada pelas coisas. A troca de coisas afeta a atividade de trabalho das pessoas, e, sem as trocas, o próprio processo de produção capitalista é impossível. "[O] processo de produção capitalista, considerado como um todo, é uma unidade dos processos de produção e circulação"⁸.

Esse papel da troca, como um momento necessário do próprio processo de produção, resulta do caráter desorganizado ou assim chamado "anárquico" da produção capitalista. Numa sociedade socialista a troca, em sua forma contemporânea, seria supérflua. Os órgãos sociais determinariam previamente as específicas relações de produção entre as pessoas, necessárias para um curso adequado e estável do processo de produção técnico-material. Meios de consumo e meios de produção passariam de uma pessoa a outra não na base da troca, ou pela compra e venda, mas num padrão predeterminado pela sociedade e atendendo aos requisitos do processo técnico da produção.

Na sociedade capitalista nós temos um exemplo de relações de produção adequadas à organização do trabalho interna à fábrica (a divisão técnica do trabalho),

⁸ Marx, 1992, p. 117.



contrastada com a distribuição desorganizada do trabalho entre as empresas privadas (a divisão social do trabalho). Suponha que um empregador tenha uma ampla fábrica têxtil que inclua a divisão para fiação, tecelagem e tinturaria. Os engenheiros, trabalhadores e empregados são designados antecipadamente nesses setores, de acordo com um plano definido. Eles estão vinculados entre si previamente por relações de produção definidas e permanentes, correspondentes ao requerido pelo processo de técnico de produção. Eis precisamente por que, dentro do processo de produção, as coisas passam de uma pessoa a outra de acordo com as suas posições na produção e as suas relações de produção. Tendo recebido o fio da fiação e o transformado em roupa, o diretor do setor de roupa não envia o tecido novamente ao diretor do setor de fiação como um equivalente (em troca) pelo fio que antes recebera. Ele o envia ao setor de tinturaria, pois as relações de produção permanentemente estabelecidas entre os trabalhadores da tecelagem e os da tinturaria predeterminam o movimento das coisas, o produto do trabalho, que vai das pessoas empregadas na fase prévia da produção (tecelagem) às empregadas na fase posterior (tinturaria). As relações de produção entre as pessoas são organizadas previamente para o *propósito* da produção material das coisas, não *por meio* das coisas. Por outro lado, as coisas passam no processo de produção de algumas pessoas a outras *na base* das relações de produção que existem entre elas, mas seu movimento *não cria* as relações de produção. As relações de produção entre as *pessoas* têm um caráter exclusivamente *social*, enquanto o movimento de *coisas* tem um caráter puramente técnico. Ambos aspectos são conscientemente ajustados uns aos outros previamente, mas têm caráter diferente.

O caso é bem diferente se a fiação, a tecelagem e a tinturaria pertencem a três empresários diferentes, A, B e C. Aqui, A não transfere a B o fio que produziu apenas para que B possa transformá-lo em tecido, ou seja, para que dê à sociedade uma forma útil. Esse não é o seu negócio; em linhas gerais, ele não deseja exatamente entregar seu fio, mas propriamente vendê-lo, ou seja, passá-lo ao tipo de pessoa que lhe dará, na troca, uma soma em dinheiro correspondente (ou alguma outra coisa de igual valor, um equivalente). É indiferente para ele quem é essa pessoa. Não estando ligado a ninguém por relações de produção permanentes, A entra na relação de produção de compra e venda com qualquer um que tenha uma coisa definida, uma soma equivalente de dinheiro, e que esteja disposto a entregá-la em troca do fio. Essa relação de produção é confinada ao movimento de coisas, a saber, pelo fio indo de A ao comprador e pelo dinheiro indo do comprador a A. Então, as relações de produção entre os possuidores de mercadorias não existem antecipadamente; são estabelecidas no ato de compra e venda, por meios



da transferência de coisas de uma pessoa a outra. Elas têm, portanto, não apenas um caráter *social*, mas também *coisal*. Por outro lado, a coisa se move de uma pessoa a outra não com base em relações de produção previamente existentes entre elas, mas através da compra e da venda, que é limitada à transferência da coisa. A transferência das coisas estabelece as relações de produção entre as pessoas e tem não apenas uma importância *técnica*, mas também *social*.

Como vimos, a relação de produção básica entre as pessoas numa sociedade mercantil, a saber, a compra e a venda, distingue-se, pelas seguintes peculiaridades, das relações de produção encontradas numa sociedade organizada: 1) é estabelecida voluntariamente, a depender de quão vantajosa é para os participantes, então a conexão *social* assume a forma de transação *privada*; 2) ela vincula os participantes por um breve intervalo, sem criar qualquer relação de produção permanente entre eles, ainda que essa negociação *breve e interrompida* de compra e venda, como um todo, deva assumir a *permanência* e a *continuidade* do processo social de produção; 3) ela vincula as pessoas no momento em que a transferência de coisas ocorre entre elas e é limitada a essa transferência, de modo que a relação entre as *pessoas* assume a forma de igualização entre *coisas*. O estabelecimento de relações de produção entre pessoas não precede a transferência de coisas, mas, pelo contrário, coincide com ela. "A troca de mercadorias é o processo pelo qual a troca social de coisas, i. e., a troca de produtos particulares de indivíduos privados, envolve o estabelecimento [*Erzeugung*] simultâneo de determinadas relações sociais de produção, nas quais os indivíduos entram por meio da troca de coisas"⁹. Noutras palavras, a troca, ou o ato de compra e venda, combina em si momentos socioeconômicos (relações entre pessoas) e momentos objetivo-materiais (o movimento de coisas no processo de produção) que são inseparáveis. Na sociedade mercantil-capitalista esses dois momentos não são organizados e coordenados de antemão, eis precisamente por que cada ato separado de troca só pode ser realizado como resultado da ocorrência conjunta e simultânea de ambos momentos, cada um dos quais envolvendo o outro. A transferência de coisas não é possível sem a relação de produção especial de compra e venda estabelecida entre os seus possuidores. E, conseqüentemente, as pessoas entram em relações entre si não como membros da sociedade, que ocupam cada um um papel diferente no processo social de produção, mas meramente enquanto possuidores de coisas.

⁹ Marx, 1970, pp. 51-2.

Se quaisquer pessoas determinadas entram em relações de produção com outras pessoas meramente como possuidoras de certas coisas, segue-se que a coisa em questão, não importando a quem pertença, dá a seu possuidor a possibilidade de assumir um local definido no sistema das relações de produção. Na medida em que possuir coisas é *condição* para o estabelecimento de relações de produção entre pessoas, parece que a coisa em si mesma tem a habilidade, a *propriedade*, de estabelecer relações de produção. Se donos de mercadorias se associam por meio da troca de coisas, e se a coisa dada permite a seu possuidor entrar numa relação de troca com outros proprietários de mercadorias, então a própria coisa adquire a propriedade especial de ser trocável – ela tem "valor". Se a coisa dada vincula dois possuidores de mercadorias, um dos quais é um capitalista e o outro, um trabalhador, então ela não é meramente um "valor", mas também um "capital". Se o capitalista entra numa relação de produção com um proprietário de terra, então o valor ou o dinheiro que ele transfere ao proprietário de terra – pelo que ele entra numa relação de produção com este – representa a "renda". O dinheiro pago pelo capitalista industrial ao capitalista financeiro, para o uso do capital emprestado por ele, é chamado de "juro". *Cada tipo de relação de produção entre pessoas atribui às coisas, por meio das quais as pessoas estabelecem um vínculo de produção, uma "propriedade social" específica, uma "forma (econômico-)social"*. Uma coisa particular, além de ser um valor de uso, uma coisa material com propriedades definidas que a qualificam a ser um item de consumo ou meio de produção – ou seja, a qualificam a preencher uma *função técnica* no processo de produção material –, ocupa também a *função social* de vincular as pessoas. As pessoas estabelecem suas relações de produção mútuas por meio de coisas. As coisas, por isso, tornam-se as "mediadoras", as "portadoras" de relações sociais entre as pessoas. As relações entre as pessoas são expressas nessas propriedades sociais adquiridas pelas coisas; tornam-se "reificadas"¹⁰.

Assim, as pessoas na sociedade mercantil-capitalista entram em relações sociais de produção exclusivamente como possuidoras de mercadorias, como possuidoras de coisas, enquanto as coisas, ao contrário, assumem propriedades sociais especiais, uma forma social específica. No lugar das "relações sociais diretas entre as pessoas e seus trabalhos", como as estabelecidas em sociedades de economia organizada, aqui encontramos "relações coisificadas [*dinglich*] entre pessoas e relações sociais entre coisas"¹¹. Essas duas características particulares da sociedade mercantil – "personificação

¹⁰ ‘они “овеществляются”’.

¹¹ Marx, 1976, p. 166.

de coisas e reificação de relações de produção"¹² – são essencialmente dois lados de um e mesmo fenômeno, descrito por nós acima: a conexão íntima e a "junção direta" entre o processo de estabelecimento de relações entre pessoas e o movimento de coisas no processo material de produção. Essa "junção" dos momentos técnico e social da produção é considerada pelo pensamento cotidiano, e mesmo pelos "economistas vulgares", como a sua identidade, e daí surgem os erros que Marx revelou em sua teoria do fetichismo da mercadoria. Os erros dos economistas burgueses têm caráter duplo: 1) ou eles derivam o fenômeno *social* do *técnico*, atribuindo propriedades sociais definidas (valor, dinheiro, capital etc.) às próprias coisas, como elementos da produção técnica (por exemplo, derivando a propriedade do capital das funções técnicas dos meios de produção); ou 2) eles derivam o fenômeno *técnico* do *social* (por exemplo, eles atribuem ao capital – i.e., à forma social que a sociedade capitalista impõe aos instrumentos de trabalho – a capacidade de os meios de produção elevarem a produtividade do trabalho, o que é sua função técnica). Ambos erros, que à primeira vista parecem ser opostos em caráter, assentam-se em um e mesmo defeito metodológico: a identificação entre o processo material de produção e a sua forma social, entre a técnica e a economia, entre as funções técnicas e as sociais das coisas. Esse defeito foi eliminado pelo novo método sociológico de Marx.

Como vimos, o método de Marx compreende uma distinção consistente entre forças produtivas e relações de produção, entre processo material de produção e sua forma social. A economia política investiga a atividade de trabalho das pessoas não em termos de seus aparelhos técnicos e instrumentos de trabalho, mas em relação à sua forma social. Ela estuda as *relações de produção* estabelecidas entre pessoas no processo de produção. Mas dado que as pessoas, na sociedade mercantil-capitalista, estão conectadas em relações de produção por meio de transferência de coisas, segue-se que as relações de produção entre as pessoas assumem um caráter *reificado*¹³. Essa "reificação"¹⁴ consiste no fato de que a coisa, pela qual as pessoas estabelecem certas relações entre si, preenche uma *função social* especial na vinculação das pessoas, a função de mediar ou "portar" a relação particular de produção. Como acréscimo à sua existência material ou técnica de

¹² Marx, 1992, p. 969. (Nesse caso, Fernbach traduz como "reificação" a palavra alemã "*Versachlichung*", de "*Sache*" [coisa, objeto]. Noutras partes, ele emprega o mesmo termo inglês para a palavra alemã "*Verdinglichung*", da palavra "*Ding*" ["*thing*", coisa] – isso é legítimo, pois são sinônimos).

¹³ [O termo usado por Rubin é "вещный"].

¹⁴ [Aqui Rubin fala de "овеществление"].



item concreto de consumo ou meio de produção, a coisa adquire, por assim dizer, uma *existência social* ou *funcional*, uma propriedade social especial (valor, dinheiro, capital) que expressa as relações de produção dadas entre as pessoas e dá à coisa a *forma social* especial, a "determinação formal" [*Formbestimmtheit*]. Assim, os conceitos básicos ou *categorias* da economia política expressam *formas socioeconômicas* fundamentais, que caracterizam os diferentes tipos de relações de produção entre pessoas; que se comunicam pelas coisas por meio das quais – ou envolvidas pelas quais – tais relações de produção entre pessoas se estabelecem.

Passando à investigação da "estrutura econômica da sociedade", ou da "totalidade dessas relações de produção" entre pessoas (veja o prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*¹⁵), Marx distingue as formas específicas ou *tipos de relações de produção*¹⁶ entre pessoas na sociedade capitalista. A ordem pela qual Marx as estuda é estabelecida assim: algumas dessas relações entre pessoas pressupõem a presença de outros tipos de relações de produção entre membros da sociedade dada, enquanto outras não pressupõem necessariamente a existência das primeiras e por isso são sua precondição. Por exemplo, a relação entre o capitalista-monetário C e o capitalista-industrial B – que se expressa quando este recebe uma soma de dinheiro daquele – já pressupõe relações de produção entre o capitalista industrial B e o trabalhador A (ou, para ser mais exato, muitos trabalhadores). Por outro lado, a relação entre o capitalista industrial e o trabalhador não implica a necessidade de o primeiro receber dinheiro emprestado do capitalista C. É, portanto, compreensível que as categorias econômicas "capital" e "mais-valor" precedem as de "capital de empréstimo" e "juro". Além disso, a relação entre o capitalista industrial e o trabalhador tem a forma da compra e venda da força de trabalho, e isso por sua vez pressupõe que ele [o capitalista] produz a mercadoria visando à venda, i.e., está vinculado a outros membros da sociedade por relações de produção entre possuidores de mercadorias. A relação entre possuidores de mercadorias, i.e., de compra e venda, não pressupõe um vínculo de produção necessário entre capitalista industrial e trabalhador. É compreensível, portanto, que as categorias de "mercadoria" e "valor" precedam a de "capital". A ordem lógica das categorias econômicas decorre do caráter das relações de produção que elas expressam. O sistema econômico de Marx analisa *uma série de tipos de relações de produção crescentemente*

¹⁵ Marx, 1970, p. 20.

¹⁶ Temos em mente não diferentes tipos ou formas de economia (feudal, capitalista etc.) mas diferentes tipos ou formas de relações de produção entre pessoas dentro do contexto da economia capitalista.



complexas entre pessoas, que se expressa numa série de *formas sociais* crescentemente complexas assumida pelas coisas. Por meio das categorias econômicas, podemos seguir esse vínculo entre um tipo dado de relações de produção entre pessoas e a correspondente função social ou forma social das coisas.

A relação de produção fundamental entre pessoas, enquanto possuidoras de mercadorias trocando os produtos dos seus trabalhos, dá [a seus produtos] a propriedade única de serem intercambiáveis na específica "forma do valor", como se isso fosse inerente à sua natureza. As relações de troca regulares entre as pessoas, cuja atividade social entre possuidores de mercadorias resulta no destaque de uma mercadoria (ouro, por exemplo) como equivalente universal, que pode ser trocado diretamente por qualquer outra mercadoria, dá a essa mercadoria particular a função especial de dinheiro, ou a "forma de dinheiro". Essa forma de dinheiro, por sua vez, representa várias funções ou formas diferentes, a depender do caráter das relações de produção entre compradores e vendedores. Se a transferência da mercadoria do vendedor ao comprador e a transferência inversa do dinheiro ocorrem ao mesmo tempo, então o dinheiro realiza a função – ou assume a forma – de "meio de circulação". Se a transferência da mercadoria precede a transferência do dinheiro, e a relação entre vendedor e comprador assume a relação de credor e devedor, então o dinheiro adquire a função ou forma de "meio de pagamento". Se o vendedor retém o dinheiro que recebe pela venda, postergando seu momento de entrada numa nova relação de produção como comprador, então o dinheiro adquire a função ou forma de "tesouro". Cada função social ou forma do dinheiro expressa um caráter ou tipo diferente de relação de produção entre as partes na troca.

Com o aparecimento de um novo tipo de relações de produção (a saber, as capitalistas), que vinculam o possuidor de mercadorias capitalista ao possuidor de mercadoria trabalhador, o dinheiro – que ao ser transferido entre eles estabelece a relação de produção – adquire a nova função social ou a forma de "capital". Mais precisamente, o dinheiro que vincula diretamente o capitalista e o trabalhador preenchem a função ou tem a forma de "capital variável". Mas, para estabelecer relações de produção com trabalhadores, o capitalista tem também de possuir meios de produção, ou dinheiro que sirva indiretamente para o estabelecimento das relações de produção entre capitalistas e trabalhadoras e tenha a função ou forma de "capital constante". À medida que consideramos relações de produção entre a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores no processo de produção, tratamos de "capital produtivo" ou "capital na fase da produção". Mas antes de começar a produzir o capitalista entrou no mercado



como comprador de meios de produção e força de trabalho. A essa relação de produção – entre o capitalista como comprador e os demais proprietários de mercadorias – corresponde a função ou forma do "capital-dinheiro". Ao final da produção o capitalista emerge como vendedor de sua mercadoria, o que encontra expressão na função ou forma de "capital-mercadoria". Eis por que as metamorfoses, ou a "transformação" do capital em suas formas, reflete as diferentes formas de relações de produção estabelecidas entre as pessoas.

Mas ainda não esgotamos as relações de produção que vinculam o capitalista industrial aos demais membros da sociedade. Em primeiro lugar, por meio da competição entre capitais e suas transferências de um ramo a outro, os capitalistas de um ramo industrial estão vinculados a todos os outros capitalistas industriais e esse vínculo se expressa pela formação de uma "taxa média geral de lucro" e pela venda das mercadorias a seu "preço de produção". Além disso, a própria classe capitalista é dividida em vários grupos sociais ou subclasses: os capitalistas industriais, os capitalistas comerciais e os capitalistas do dinheiro (ou financeiros). Junto a esses grupos, representando o total da classe dos capitalistas, há também a classe dos proprietários de terras. As relações de produção entre esses vários grupos sociais criam novas "formas" socioeconômicas: capital-mercantil e lucro comercial, capital de empréstimo e juros, ao lado da renda. O capital, "por assim dizer, passa de sua vida orgânica interna às suas relações externas, relações nas quais não são *capital e trabalho* que se confrontam, mas, por um lado, *capital e capital*, e, por outro, indivíduos como simples *compradores e vendedores*"¹⁷. Aqui, a questão diz respeito a três tipos de relações de produção: 1) entre capitalistas e trabalhadores; 2) entre capitalistas e outros membros da sociedade, que aparecem no papel de compradores e vendedores; 3) entre grupos diferentes de capitalistas industriais e também entre os capitalistas industriais, como um todo, e outros grupos capitalistas, i.e., capitalistas comerciantes e capitalistas monetários (incluindo a relação entre capitalistas e proprietários de terra). O primeiro tipo das relações de produção, que representa a base da sociedade capitalista, é estudado por Marx no volume I de *O capital*; o segundo, no volume II; e o terceiro, no volume III. Quanto à relação de produção fundamental da sociedade mercantil, a relação entre pessoas enquanto produtoras de mercadorias, Marx fornece sua análise em *Para a crítica da economia política* e a repete na primeira seção do volume I de *O capital*, sob o título "Mercadorias e Dinheiro", que

¹⁷ Marx, 1992, p. 135 [ênfase de Rubin].

representa, por assim dizer, a introdução a *O capital*¹⁸. O sistema de Marx investiga uma série de tipos de relações de produção crescentemente complexas entre as pessoas, às quais corresponde uma série de formas econômicas crescentemente complexas.

Assim, as categorias básicas da economia política expressam diferentes tipos de relações de produção que assumem a forma de coisas. Valores são apenas "relações dos homens em sua atividade produtiva"¹⁹ que se expressa em coisas. Capital é uma relação social expressa "entre coisas e como coisas"²⁰. Dado que as relações de produção conectam pessoas na sociedade mercantil apenas por meio de coisas, estas preenchem uma função social. Se categorias econômicas expressam as relações de produção entre as pessoas, podemos dizer com igual direito que elas expressam diferentes *funções sociais* preenchidas pelas coisas como "portadoras" de diferentes relações de produção. Desse ponto de vista, valor, dinheiro, capital, capital constante e capital variável, capital circulante e capital fixo etc. representam funções sociais diferentes. "O que está em questão aqui não é um conjunto de definições [sobre capital fixo e circulante – I.R.], às quais as *coisas* devem ser submetidas. Trata-se muito mais de *funções* que são expressas em *categorias* específicas"²¹. "A propriedade de ser capital não é atribuída às coisas em si mesmas [...], é antes uma função de que [as coisas] são ou não dotadas, de acordo com as condições dadas"²². Nós podemos ver as categorias da economia política expressando diferentes funções sociais de coisas que correspondem a diferentes relações de produção entre pessoas. Mas, como diz Marx, a função social desempenhada por uma coisa lhe dá um caráter social particular, uma *forma social* definida ou uma "determinação de forma" [*Formbestimmtheit*]. No prefácio à primeira edição do volume I de *O capital*, Marx fala das dificuldades na "análise das formas econômicas" em geral, e, particularmente, da "forma de valor" e da "forma de dinheiro"²³. A forma do dinheiro representa uma nova "forma determinada"²⁴. As diferentes funções do dinheiro são ao mesmo tempo diversas "determinações formais"²⁵. Capital é "a *forma social assumida pelos meios de reprodução na base do trabalho assalariado*"²⁶, uma "determinação social"²⁷ específica.

¹⁸ No primeiro esboço, Marx não à toa chamou essa seção de "Introdução. Mercadoria. Dinheiro". Veja Marx, 1963, p. 414.

¹⁹ Marx, 1971, p. 129.

²⁰ Marx, 1971, p. 137.

²¹ Marx, 1978, p. 303.

²² Marx, 1978, p. 281.

²³ Marx, 1978, p. 90.

²⁴ Marx, 1970, p. 47.

²⁵ Marx, 1970, p. 64 e p. 68.

²⁶ Marx, 1971, p. 328.

²⁷ Marx, 1971, p. 492.



O sistema de Marx analisa uma série de formas econômicas e "determinações de forma" [Formbestimmtheiten] crescentemente complexas, que correspondem a uma série de relações de produção crescentemente complexas entre as pessoas. Essas formas ou funções têm um caráter social pois são inerentes não às coisas em si, mas às coisas que são parte de um contexto social definido, coisas pelas quais – ou em relação às quais – as pessoas entram em certas relações de produção entre si. Essas formas não refletem as propriedades das coisas, mas as propriedades de um contexto social.

Às vezes, Marx fala simplesmente de "forma" ou "forma determinada", mas ele frequentemente usa as seguintes expressões: forma social, forma econômica, forma histórico-social, determinação social da forma, determinação econômica da forma, ou determinação histórico-social. Às vezes, Marx fala de coisas adquirindo "existência social", "existência funcional", "existência formal" ou "existência ideal", todas elas contrastando com a sua existência "material", "objetiva", "imediata" ou "atual". No mesmo sentido, a forma ou função social contrasta com "conteúdo material", "substância material", "conteúdo", "substância", "elementos de produção", elementos materiais e objetivos e condições de produção. Todas essas formulações, que expressam a diferença entre funções técnicas e sociais das coisas, entre o papel técnico dos instrumentos e condições de trabalho e sua forma social, apontam sobretudo para as diferenças fundamentais que estabelecemos anteriormente.

Está em questão a distinção fundamental entre o processo de produção material e a sua função social, ou os dois aspectos, técnico e social, de uma e mesma atividade de trabalho por parte das pessoas. A economia política estuda as relações de produção entre as pessoas, i.e., as formas sociais do processo de produção como distintas de seu "conteúdo" ou "substância" técnico-material. É claro, as relações de produção entre as pessoas emergem com base em certas condições das forças produtivas, e as categorias econômicas pressupõem condições técnicas determinadas. Mas o último elemento aparece na economia política não como condições para o processo de produção, visto em termos técnicos, mas mais como precondições das determinadas formas socioeconômicas que o processo de produção assume. O assunto [*subject*] da investigação da economia política envolve essas "formas econômicas", ou tipo de relações de produção entre pessoas que tomaram as formas de funções sociais e as formas sociais das coisas.

2 A TEORIA DO VALOR DE MARX



Podemos notar que todos os conceitos básicos da economia política expressam relações de produção reificadas²⁸ entre *pessoas*. Se nos aproximamos da teoria do valor nessa perspectiva, deparamo-nos com a tarefa de demonstrar que o valor expressa 1) uma relação social entre *pessoas* que 2) assumiu a forma de *coisas* e 3) é conectada ao processo de *produção*.

À primeira vista, o valor – assim como as demais categorias da economia política – parece ser atributo de uma coisa. Observando o fenômeno do valor, vemos que cada coisa é intercambiável no mercado por uma certa quantidade de outra coisa, ou – em condições de troca desenvolvida – por certa soma de dinheiro (ouro), com o qual alguém pode comprar qualquer outra coisa no mercado (claro, nos limites dados pela soma de dinheiro). Essa soma de dinheiro, ou o preço, muda quase todos os dias, a depender da conjuntura do mercado. Hoje há escassez de roupa no mercado e seu preço sobe para 3 rublos e 20 copeques por metro. Na semana que vem, a roupa ofertada no mercado excede a demanda normal e o preço cai para 2 rublos e 75 copeques por metro. Tais mudanças diárias e flutuações no preço, se consideradas num período mais ou menos longo, movem-se em torno de certo nível médio, por exemplo os 3 rublos por metro. Na sociedade capitalista, esse preço médio é proporcional não ao valor-trabalho do produto, ou seja, à quantidade de trabalho necessária à sua produção, mas ao assim chamado "preço de produção", o qual é igual à soma dos custos de produção de um produto dado e o lucro médio investido.

No entanto, para simplificar a análise temos de abstrair por ora o fato de que a roupa é produzida por um capitalista que se vale de trabalho contratado. De fato, todo o método de Marx, como vimos, consiste em selecionar para a investigação tipos particulares de relações de produção que fornecem uma imagem da economia capitalista como um todo. Agora temos de analisar apenas uma relação de produção fundamental entre pessoas na sociedade mercantil, a saber, as suas relações como *produtores individuais de mercadorias formalmente independentes uns dos outros*. Tudo o que sabemos é que a roupa é produzida por produtores de mercadorias e trazida ao mercado para troca ou venda com outros produtores de mercadorias. Temos diante de nós uma sociedade de produtores de mercadorias, ou a assim chamada "economia mercantil simples", como diferente de uma economia capitalista mais complexa. Nas condições de uma economia mercantil simples, os preços médios dos produtos do trabalho,

²⁸ [O texto fala de ‘овеществленные производственные отношения’]

proporcionais a seus valores-trabalho, representam o nível médio em torno do qual flutuam os preços de mercado e aos quais corresponderiam se o trabalho social fosse distribuído proporcionalmente entre os diferentes ramos da produção – e, como resultado, a condição de equilíbrio fosse estabelecida entre eles.

Toda sociedade baseada na divisão do trabalho pressupõe necessariamente certa distribuição do trabalho social entre os diferentes ramos de produção. *Todo sistema de divisão do trabalho é, ao mesmo tempo, um sistema de distribuição do trabalho.* Numa sociedade comunista primitiva, numa família camponesa patriarcal ou numa sociedade socialista, o trabalho de todos os membros de determinada unidade econômica é consciente e previamente distribuído entre os tipos particulares de tarefas, dependendo do caráter das necessidades dos membros do grupo e do nível da produtividade do trabalho. Numa economia mercantil não há ninguém que regule a distribuição do trabalho entre os ramos individuais da produção e as diferentes empresas. Nem um único produtor de roupas sabe de antemão quantas roupas a sociedade necessita num momento dado nem quanto é produzido naquele mesmo momento em todas as empresas do ramo de roupas. Consequentemente, a produção de roupas às vezes ultrapassa a demanda (superprodução) e às vezes fica atrás dela (subprodução). Noutras palavras, a quantidade de trabalho social despendido na produção de roupas se torna no primeiro caso excessiva e, no segundo, insuficiente. O equilíbrio entre a indústria de roupas e os outros ramos da produção é rompido gradualmente. Uma economia mercantil é um sistema de equilíbrio continuamente rompido.

Mas se esse é o caso, como ela continua a existir enquanto um agregado de diferentes ramos de produção que se complementam? A economia mercantil só pode existir porque toda a ruptura dos seus equilíbrios produz uma tendência pela sua restauração. Essa tendência de restauração do equilíbrio é inerente ao próprio mecanismo do mercado e dos preços de mercado. Na sociedade mercantil nem um único produtor mercantil dirige outro, seja para expandir ou encurtar a produção. Mas, por meio de sua atividade relacionada às coisas, as pessoas influenciam o trabalho umas das outras – sem saber que o fazem – e as levam a expandir ou encurtar a sua produção. A superprodução de roupas e a resultante queda nos preços abaixo do valor induzem os produtores de roupas a encurtar a sua produção, e o reverso ocorre no caso da subprodução. O desvio dos preços de mercado em relação ao valor representa o mecanismo pelo qual a superprodução e a subprodução são superadas, criando a tendência pelo



restabelecimento do equilíbrio entre um determinado ramo de produção e os demais ramos da economia.

Assim, a troca entre duas mercadorias diferentes de acordo com os seus valores corresponde à condição de equilíbrio entre esses dois ramos de produção, caso no qual cessa todo movimento de [transferência de] trabalho de um ramo a outro. Mas é óbvio, nesse caso, que a troca de duas mercadorias com base em seus valores equaliza os lucros que os produtores de mercadorias tiram da produção nos dois ramos e elimina o propósito da transferência de um ramo a outro. Numa economia mercantil simples essa equalização das condições de produção entre os vários ramos significa que certa quantidade de trabalho, despendida pelos produtores em diferentes esferas da economia, fornece um produto de igual valor. Os valores das mercadorias no mercado são diretamente proporcionais às quantidades de trabalho requeridas para a sua produção. Se, dado certo estágio da técnica, a produção de um metro de roupa requer em média 3 horas de trabalho (incluindo o trabalho despendido em matéria prima, meios de produção etc.), enquanto a produção de um par de sapatos requer 9 horas de trabalho – assumindo que o trabalho dos produtores de roupa e o dos de sapato são de igual habilidade –, então a troca de três metros de roupa por um par de sapatos corresponde à condição de equilíbrio entre a produção da roupa e do sapato.

Mas se o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária pra produzir uma unidade mercantil, essa *quantidade de trabalho, por sua vez, depende da produtividade do trabalho*. O desenvolvimento da produtividade do trabalho reduz o tempo de trabalho socialmente necessário e diminui o valor da unidade mercantil. A introdução de máquinas, por exemplo, torna possível produzir um par de sapatos em 6 horas em vez da antiga produção em 9h e por isso diminuir seu valor de 9 rublos para 6 rublos (considerando que uma hora de trabalho na produção de sapatos cria, em média, o equivalente a 1 rublo em valor). Os sapatos mais baratos começam a penetrar no campo, espremendo o espaço das sandálias e dos calçados caseiros. A demanda por sapatos cresce e a sua produção se expande. Certa realocação de forças produtivas ocorre na economia. Então, o desenvolvimento da produtividade traz uma mudança no valor dos produtos do trabalho; e a mudança de valor, por sua vez, afeta a distribuição do trabalho social entre os vários ramos de produção. Da produtividade do trabalho, ao valor do trabalho, à distribuição do trabalho social: tal é o esquema na economia mercantil, na qual o valor desempenha o papel de regulador, estabelecendo o equilíbrio – entre todos os desvios



constantes e flutuações – na distribuição do trabalho social entre os vários ramos da economia. *A lei do valor é a lei do equilíbrio na sociedade mercantil.*

A teoria do valor investiga as leis da troca, comparando coisas no mercado apenas na medida em que elas estão conectadas às leis da produção e distribuição do trabalho numa economia mercantil. Cada proporção de troca envolvendo duas mercadorias – significando proporções médias, não preços de mercado fortuitos – corresponde a certo estado de produtividade e distribuição do trabalho entre os ramos que produzem aquelas mercadorias. Pela equalização das coisas, como produtos do trabalho, o mercado iguala diferentes tipos concretos de trabalho, como componentes do trabalho social agregado que é distribuído entre vários ramos. O entendimento comum sobre a teoria do valor, enquanto uma teoria limitada à investigação das *relações de trocas entre coisas*, é, portanto, equivocado. Por meio da equalização das coisas, governada por lei, ela se esforça para revelar as leis de equilíbrio do trabalho. Todavia, também é incorreta a visão de que a teoria de Marx estuda a *relação do trabalho em relação à coisa*, como produto do trabalho. A relação do trabalho com a coisa envolve um tipo particular e concreto de trabalho e uma coisa particular concreta; essa é uma relação técnica, a qual, em si, não interessa à teoria do valor. O tema desta é a *relação entre vários tipos de trabalhos* no processo de sua distribuição, estabelecida por meio das *relações de troca entre coisas* enquanto produtos do trabalho. Assim, a teoria marxista do valor satisfaz plenamente as demandas metodológicas gerais da teoria econômica marxista, previamente mencionadas, que não estudam nem as relações entre coisas nem as relações entre pessoas e coisas, mas propriamente as relações entre pessoas que estão conectadas por meio de coisas.

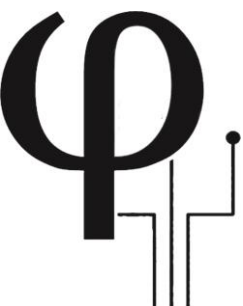
Expusemos agora o movimento geral de ideias que levou à teoria do valor de Marx. De acordo com os críticos, nas primeiras páginas de *O capital* Marx inicia a sua discussão pelo fato da igualdade entre duas mercadorias na troca e assevera que a equalização das coisas no mercado é impossível sem a igualdade dos gastos de trabalho necessários à sua produção. Essa visão da teoria marxista é fundamentalmente incorreta. Marx toma a sociedade mercantil como o seu ponto de partida, com todas as suas relações de produção características entre produtores de mercadorias individuais. Graças à anarquia da produção, as mudanças na produtividade e na distribuição dos vários tipos de trabalho não podem se manifestar de qualquer outro modo senão enquanto mudanças nas proporções da troca de mercadorias no mercado. Mudanças na produtividade do trabalho das pessoas tomam necessariamente a forma de mudanças no valor das mercadorias. Essa lei do "valor-trabalho" representa o traço distintivo da economia mercantil.

Imaginemos uma sociedade com equalização e distribuição do trabalho reguladas, na qual membros individuais têm o direito de trocar produtos e, por uma razão ou outra, realizam tais trocas. Essa troca representa um fenômeno social de tipo completamente diferente daquele que ocorre numa economia mercantil. Nesta, a troca é parte do próprio processo de reprodução, enquanto naquela a troca ocorre paralelamente à produção e não faz parte dela. Ela não regula a distribuição do trabalho nem é regulada, ela mesma, pela lei do "valor-trabalho". Se ocorrer de algum padrão regular de troca também operar nessa sociedade, não será, entretanto, um padrão conectado a uma distribuição do trabalho social governado por uma lei. Como vimos, a *lei do valor-trabalho não resulta da troca e equalização de coisas em si, mas da função social peculiar dessa troca na produção mercantil*, da forma social peculiar da economia.

Isso nos conduz à *forma social do valor*. Na economia mercantil, o valor preenche um papel regulador na distribuição social do trabalho. Pergunta: esse papel do valor resulta das especificidades *técnicas* ou *sociais* da economia mercantil, i.e., da condição de suas forças produtivas, ou das intrínsecas relações de produção entre as pessoas? Basta apenas levantar a questão para obter a resposta em favor do segundo sentido. Não é toda distribuição social do trabalho que confere ao produto do trabalho a forma do valor, mas apenas a distribuição do trabalho que, em vez de ser diretamente controlada pela sociedade, é regulada indiretamente pelo mercado e pela troca de coisas. Numa comunidade comunista primitiva ou numa aldeia feudal, o produto do trabalho é "valor" no sentido de sua utilidade, do valor de uso²⁹, mas não tem "valor". Ele só adquire o último traço na condição de ser produzido especialmente para a venda e adquirir no mercado uma "valorização"³⁰ objetiva, precisamente determinada, que o iguala – pelo dinheiro – a todas as mercadorias e lhe dá a habilidade de ser trocado por qualquer outra mercadoria. Em outras palavras, uma forma definida de economia (a mercantil) é pressuposta com uma determinada forma de organização do trabalho, na forma das empresas privadas separadas. Não é trabalho enquanto tal, mas apenas *trabalho organizado numa forma social particular* (a forma da economia mercantil) que confere "valor" aos produtos do trabalho. Se a relação entre os produtores é de independência mútua, enquanto *produtores de mercadorias* autônomos, então os produtos dos seus trabalhos se confrontam no mercado enquanto "valores". A igualdade formal dos

²⁹ [O texto diz: "... продукт труда имеет «ценность» в смысле полезности, потребительской стоимости"]

³⁰ [O termo usado no texto é "расценка"]



produtores de mercadorias, como sujeitos econômicos e contrapartes na relação de produção de compra e venda, encontra a sua expressão na igualdade dos produtos do trabalho enquanto valores. O valor das coisas reflete um tipo determinado de relação de produção entre as pessoas.

Se o produto do trabalho adquire valor apenas dentro de uma forma social particular de organização do trabalho, segue-se que o valor não é uma "propriedade" do produto do trabalho, mas uma "*forma social*" ou "*função social*" determinada, *preenchida pelo produto do trabalho como elemento de conexão entre produtores mercantis dispersos*, como um "intermediário" ou "portador" das relações de produção entre eles. À primeira vista, é claro, o valor não parece ser simplesmente uma das propriedades da coisa. Quando dizemos que "uma mesa é feita de carvalho, que é redonda, tem um bom acabamento e custa ou tem o valor de 25 rublos", pode parecer que essa afirmação confere informações a respeito de quatro propriedades da mesa. Mas se analisarmos com mais calma, perceberemos que as três primeiras propriedades da mesa são muito diferentes da quarta. Elas caracterizam a mesa como uma coisa material. Na medida em que a mesa é um produto do trabalho humano, essas propriedades representam o resultado do trabalho concreto do marceneiro; elas nos dão certas informações a respeito do aspecto técnico do trabalho do marceneiro. Uma pessoa familiarizada com tais propriedades da mesa criará uma imagem do aspecto técnico dessa produção e conceberá uma ideia do material, das matérias auxiliares, dos aparelhos técnicos e mesmo da habilidade técnica do marceneiro. Entretanto, por mais que ele contemple a mesa, nada saberá das relações sociais de produção entre a pessoa que produziu a mesa e as demais. Ele não saberá se quem produziu a mesa foi um mestre independente, um artesão, um assalariado, talvez um membro de uma comuna socialista ou simplesmente um amante de mesas que a produziu para si.

A propriedade do produto do trabalho contida na frase "a mesa tem um valor de 25 rublos" é de ordem completamente diferente. Essa expressão indica que a mesa é uma mercadoria, que é produzida para o mercado, que a pessoa que a produziu está vinculada a outros membros da sociedade por meio das relações de produção dos proprietários de mercadorias, e que a economia tem uma forma social específica, a saber, a forma da economia mercantil. Com isso, não aprendemos nada sobre o lado técnico da produção em si mesmo, apenas sobre a forma social da produção e das pessoas que participam disso. Isso significa que o "valor" caracteriza não a coisa, mas a sociedade humana na qual é produzida. Não é uma propriedade da coisa, mas uma "forma social" adquirida



pela coisa graças ao fato de que por meio dela as pessoas entram em relações de produção determinadas entre si. O valor é "uma relação social considerada como uma coisa", uma relação de produção entre pessoas que assume a forma de uma propriedade pertencente à coisa. As relações de trabalho entre os produtores de mercadorias, ou o trabalho social, são "reificadas"³¹ ou "cristalizadas" no valor dos produtos do trabalho. Isso significa que uma *forma social determinada da organização do trabalho confere uma forma social especial aos produtos do trabalho*. A teoria marxista do valor não estuda as relações entre trabalho como atividade técnica e o produto do trabalho como coisa material, mas sim a relação entre a forma social do trabalho e a forma social dos produtos do trabalho. "O trabalho que cria (ou, mais precisamente, determina, *setzende* [põe]) o valor de troca é uma *forma social especial do trabalho*"³². Ele cria uma "forma social específica da riqueza, o valor de troca"³³.

O ensinamento de Marx sobre a "*forma do valor*" (i.e., a forma social assumida pelo produto do trabalho) é o resultado de uma forma social particular do próprio trabalho e representa a inovadora e singular contribuição de Marx à teoria do valor-trabalho. A proposição de que o trabalho cria valor é conhecida muito antes de Marx, mas em sua teoria ela adquire um sentido completamente diferente. Marx traçou uma distinção precisa entre o processo técnico-material da produção e a sua forma social, entre trabalho como um agregado de *funções técnicas (trabalho concreto)* e trabalho concebido em termos de sua *forma social* na sociedade mercantil-capitalista (*trabalho abstrato ou universal*). A especificidade da economia mercantil consiste no fato de que o processo técnico-material de produção não é organizado pela sociedade e é conduzido por produtores de mercadorias separados. O trabalho concreto é simultaneamente o trabalho privado dos indivíduos separados. O trabalho *privado* do produtor mercantil individual é vinculado ao trabalho de todos os outros produtores de mercadorias e se torna trabalho *social* apenas na medida em que o seu produto é equalizado a todas as outras mercadorias no mercado. Como vimos, essa equalização [*equalisation*] de todas as mercadorias no mercado, expressa pela avaliação de todas em termos de uma e mesma mercadoria, o ouro (ou dinheiro), significa simultaneamente a equalização de todos os tipos concretos de trabalho despendidos nas diferentes esferas da economia. Isso significa que o trabalho privado do indivíduo separado assume o caráter de trabalho social não no próprio

³¹ ["осуществляется"].

³² Marx, 1970, p. 36 [ênfase de Rubin].

³³ Marx, 1970, p. 37, em nota de rodapé.



processo de produção, mas no ato de troca, que representa uma abstração das especificidades concretas das coisas particulares e dos tipos particulares de trabalho. A equalização de todos os tipos de trabalho por meio da equalização de todos os produtos do trabalho no mercado enquanto valores – eis o que Marx quis dizer por trabalho abstrato. E dado que a equalização do trabalho por meio da equalização das coisas resulta da forma social da economia mercantil, na qual não há organização social e equalização diretas do trabalho, segue-se que o trabalho abstrato é um conceito social e histórico. *O trabalho abstrato não expressa a igualdade fisiológica dos vários tipos de trabalho, mas sim a equalização dos vários tipos de trabalho que ocorre na forma específica da equalização mercantil dos produtos do trabalho como valores.*

A singularidade da teoria do valor de Marx reside no fato de que ela clarifica exatamente *qual* trabalho cria valor. "Marx [...] investigou o trabalho do ponto de vista de sua qualidade de criar valor, e estabeleceu pela primeira vez *qual* trabalho, por que e como o valor é criado; e [esclareceu] que o valor em geral não é nada além de trabalho congelado *desse* tipo"³⁴. Foi precisamente no "caráter dual do trabalho" que Marx viu o elemento central de sua teoria do valor³⁵.

Assim, o caráter dual do trabalho reflete a diferença entre o processo de produção *técnico-material* e a sua *forma social*. Essa diferença, que explicamos antes, é a base de toda a teoria econômica marxista, incluindo a teoria do valor. Segue de tal distinção fundamental a diferença entre trabalho *concreto* e *abstrato*, que por sua vez se reflete na contradição entre *valor de uso* e *valor de troca*. No primeiro capítulo de *O capital*, a exposição de Marx se move em sentido inverso. Ele começa sua análise pelo fenômeno mercantil suscetível à observação, a contradição entre valor de uso e valor de troca. Dessa contradição, que pode ser discernida na superfície do problema, ele investiga mais profundamente o caráter dual do trabalho como concreto e abstrato – tendo em vista, no final do capítulo (na seção sobre o "fetichismo da mercadoria"), revelar as formas sociais assumidas pelo processo técnico-material de produção. Marx se move das coisas, por meio do trabalho, para a sociedade humana; do fenômeno visível e óbvio ao fenômeno que tem ainda de ser revelado pela análise. Mas a estrutura do argumento de Marx está ao contrário do que aparece na sua exposição no primeiro capítulo de *O capital*. Da diferença entre o processo de produção e sua forma social – da estrutura social da economia mercantil –, ele passa ao duplo caráter do trabalho, analisado em seus aspectos

³⁴ Marx, 1978, p. 99. Ênfase de Engels.

³⁵ Marx, 1976, p. 131; carta de Marx a Engels, 8 de janeiro de 1868, in *MECW*, vol. 42, p. 514.

técnico e social, e à dupla natureza da mercadoria, enquanto valor de uso e valor de troca. De uma leitura superficial de *O capital* pode parecer que Marx vê, na contradição entre valor de uso e valor de troca, propriedades diferentes das coisas enquanto tais (é assim que Böhm-Bawerk e numerosos outros críticos entenderam Marx). O que realmente se passa é a distinção entre a existência "material" e a "funcional" da coisa, entre o produto do trabalho e sua forma social, entre a coisa e as relações de produção entre as pessoas, que se amalgamaram na coisa, ou seja, que aparecem por meio da coisa.

Assim, temos uma profunda e inseparável conexão entre a teoria marxista do valor e os fundamentos metodológicos gerais estabelecidos em sua teoria do fetichismo da mercadoria. O valor é a relação de produção entre os produtores autônomos de mercadorias que assumiu a forma de propriedade da coisa e é conectada à distribuição do trabalho social. Ou, em relação ao mesmo fenômeno, mas sob outra perspectiva: o valor é a capacidade que cada produto do trabalho (de cada produtor mercantil) tem de ser trocado pelo produto do trabalho de qualquer outro produtor mercantil, em certa proporção (correspondente ao nível de produtividade e à distribuição proporcional do trabalho social). O que está envolvido é a relação entre *pessoas*, que assumiu a forma da propriedade das *coisas* e é associada ao processo de distribuição do trabalho *na produção* – ou, em outras palavras, *a relação reificada entre pessoas*³⁶. A reificação³⁷ do trabalho em valor representa a conclusão mais importante da teoria do fetichismo da mercadoria, que explica a inevitável "reificação"³⁸ das relações de produção entre pessoas numa economia mercantil. A teoria do valor não afirma a condensação material do trabalho, como um fator da produção, nas coisas, como produtos do trabalho – um fenômeno que ocorre em todas as formações históricas e representa a precondição técnica do valor, não a sua fonte –; mas, muito mais, [afirma] a expressão³⁹ fetichizada e reificada das relações de trabalho entre as pessoas no valor das coisas. O trabalho é "cristalizado" ou ganha forma no valor, no sentido de que ao assumir a "forma do valor" ele encontra a sua expressão ou "se apresenta" [*sich darstellt*]. Marx usa essa expressão frequentemente para caracterizar as relações entre o trabalho abstrato e o valor. Só podemos nos surpreender com o fato de que os críticos de Marx falharam em notar essa conexão inseparável entre a sua teoria do valor e o seu ensinamento a respeito da reificação⁴⁰ ou fetichismo das

³⁶ ["овеществленное производственное отношение людей"]

³⁷ ["овеществление"]

³⁸ ["овеществление"]

³⁹ ["овеществленное выражение"]

⁴⁰ ["овеществлении"]



relações de produção entre pessoas; bem como com o fato de que interpretaram a teoria do valor de Marx num sentido técnico-natural, não sociológico.

Portanto, a teoria marxista do valor é construída com base em dois fundamentos essenciais: 1) a doutrina da *forma do valor* como uma expressão reificada⁴¹ das relações sociais de produção entre os produtores mercantis autônomos; e 2) a doutrina referente à *distribuição social do trabalho* e a dependência da magnitude do valor em relação ao desenvolvimento da *produtividade do trabalho*. Esses são dois lados de um e mesmo processo: a teoria do valor estuda a forma social do valor, assumida pelo processo da distribuição do trabalho na economia mercantil-capitalista. "A *forma* pela qual essa *distribuição proporcional do trabalho* se afirma num estado social em que a interconexão do trabalho social se expressa como *troca privada* de produtos individuais do trabalho é precisamente o *valor de troca* desses produtos"⁴². Valor, portanto, é simultaneamente conectado com a *forma* social do processo de produção social e com o seu *conteúdo* de trabalho técnico-material. E isso é compreensível se lembrarmos que o valor, como todas as outras categorias econômicas, não expressa *relações entre pessoas* em geral, mais precisamente relações de *produção* entre pessoas. O trabalho é o "conteúdo" ou a "substância" do valor – tais expressões em Marx significam que o processo de distribuição do trabalho e desenvolvimento da produtividade do trabalho numa sociedade mercantil assume a forma social do valor. A "substância" misteriosa do valor, que tem provocado tantos ataques a Marx por seus críticos, significa nada menos que o processo técnico-material de trabalho ocorre dentro de uma determinada forma social⁴³. O trabalho, enquanto a "substância" do valor abstraída de sua forma, é simplesmente gasto de trabalho que não diz respeito à forma social de organização do trabalho; e o trabalho em tal sentido é apenas um pressuposto para a teoria do valor. O tema desta não é o gasto de trabalho expresso diretamente em unidade de trabalho social, mas tal gasto expresso em quantidade de produtos recebidos na troca por uma mercadoria determinada, i.e., gasto de trabalho que assume a forma do valor da mercadoria. Mas, por outro lado, a "forma social do valor" tem de ser substanciada por um conteúdo de trabalho técnico-material; a forma do valor, como todas as "formas econômicas" ou "determinações de forma"

⁴¹ ["вещное выражение"]

⁴² Carta de Marx a Kugelmann, 11 de julho de 1868, em *MECW*, vol. 43, p. 68 [ênfase de Rubin].

⁴³ Sobre a contradição entre substância e forma, ver o capítulo anterior. [ver RUBIN, I., "Marx's Teaching on Production and Consumption (1930)", in DAY, Richard B. & GAIDO, Daniel F., *Responses to Marx's Capital*, op. cit., pp. 448-535].

[*Formbestimmtheiten*], é investigada pela economia política precisamente como a forma social organizadora do processo de produção técnico-material.

Na medida em que Marx estuda o valor como a forma social do produto do trabalho, que é condicionada por uma forma social determinada da organização do trabalho, é o aspecto *qualitativo, sociológico* do valor – trabalho abstrato – que vem à tona. Na medida em que o processo de distribuição do trabalho e o desenvolvimento da produtividade do trabalho ocorrem dentro da forma social determinada – e o movimento dos "montantes quantitativamente determinados do trabalho agregado da sociedade"⁴⁴ é subordinado à "lei de ferro das relações e proporções estritamente definidas"⁴⁵ –, é o aspecto *qualitativo* do fenômeno do valor, ou, caso se queira, o aspecto *matemático* (trabalho socialmente necessário) que assume enorme importância. O erro fundamental da maioria dos críticos de Marx consiste no fato de que 1) confundiram completamente o aspecto qualitativo, sociológico, da teoria marxista do valor, e 2) restringiram-se ao aspecto quantitativo, à investigação das proporções de troca – ou seja, às relações quantitativas entre os valores das coisas –, ao passo que ignoraram a base: as relações quantitativas das massas do trabalho social distribuído entre os diferentes ramos da produção e as empresas individuais.

3 MARX E RICARDO

Passando agora à questão da relação entre a teoria do valor de Marx e a de Ricardo, apresentamos a seguinte tese: Marx sucedeu Ricardo em termos de seu ensinamento sobre o *conteúdo* do valor, mas não quanto à *forma* do valor. Marx encontrou em Ricardo a ideia de que *mudanças na magnitude do valor das mercadorias dependem de mudanças na produtividade do trabalho*, mas não encontrou nenhuma compreensão sobre a *forma social do valor enquanto expressão reificada*⁴⁶ *das relações sociais de produção entre as pessoas*. O *método* sociológico único de Marx implica uma mudança no próprio *objeto* da investigação: de propriedade das coisas, o valor se torna a relação social de produção entre pessoas que assume a forma de coisas.

⁴⁴ Carta de Marx a Kugelmann, 11 de julho de 1868, in *MECW*, vol. 43, p. 68.

⁴⁵ Marx, 1976, p. 476.

⁴⁶ ["вещное выражение"].



Vimos que a base da doutrina de Marx a respeito da forma do valor foi a diferenciação clara entre o processo técnico-material de produção e a sua forma social. Ricardo não era ciente dessa diferença e por isso a forma social do valor ficou além de seu campo de visão. A teoria do valor de Ricardo difere da de Marx em que: 1) o processo *técnico-material* da produção não é distinguido de sua forma *social* capitalista; 2) o resultado é a falta de qualquer compreensão clara sobre *o caráter dual do trabalho*, considerado em termos de seu aspecto técnico (trabalho concreto) e seu aspecto social (trabalho abstrato); 3) não há compreensão da *forma social do valor* como resultado de uma determinada forma de organização do trabalho. Consideremos agora cada um desses pontos logicamente interconectados.

4.1 O processo de produção e sua forma social

A economia política clássica, pioneira da liberdade para o desenvolvimento industrial, opôs-se às restrições obsoletas de origem feudal, de guildas ou mercantilistas – com base na ideia de que eram irracionais e artificiais –, em favor da nova forma capitalista de indústria, enquanto "ordem natural" e racional. O sistema capitalista, que respondeu às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, pareceu aos economistas clássicos "uma necessidade tão evidente e naturalmente imposta quanto o próprio trabalho produtivo"⁴⁷. Eles se referiram à forma de economia capitalista como "a forma eterna e natural da produção social"⁴⁸. As formas sociais que caracterizam uma formação social dada foram transformadas em "formas absolutas"⁴⁹ e em "leis naturais" da forma de produção⁵⁰. As categorias econômicas foram transformadas de seres *históricos* em seres *eternos*, de seres *sociais* em *naturais*. As leis econômicas que resultam de uma forma de produção dada foram tomadas como inerentes ao processo técnico-material de produção enquanto tal.

Uma vez que o processo de produção material é inextricavelmente misturado e identificado com a sua forma social, então, evidentemente, toda contradição entre eles é impossível. "Ricardo considera a produção burguesa, ou, mais precisamente, capitalista, como a *forma absoluta* de produção, cujas formas específicas de relações de produção,

⁴⁷ Marx, 1976, p. 175.

⁴⁸ Marx, 1976, p. 174.

⁴⁹ Marx, 1971, p. 239.

⁵⁰ Marx, 1971, p. 429.



assim, nunca entram em contradição ou restringem"⁵¹ a produção enquanto tal. Tais palavras de Marx sustentam, na melhor forma possível, que a diferença entre o processo de produção e a sua forma social representa o ponto de partida comum da teoria do materialismo histórico e de sua própria teoria econômica. Com Ricardo, as forças produtivas se movem *junto das* relações de produção, e, portanto, a contradição entre esses elementos está excluída⁵². Com Marx, as forças produtivas se movem *dentro de* relações de produção dadas, constantemente encontrando seus limites e lutando para se libertar deles.

4.2 O caráter dual do trabalho

Identificar o processo de produção com a sua forma social torna impossível traçar qualquer distinção clara entre os aspectos técnico e social da produção, ou entre o trabalho concreto e o abstrato. Ricardo destacou em forma consistente que o valor é determinado pelo trabalho. Entretanto, na hora de saber precisamente qual trabalho [determina], ou, mais exatamente, qual aspecto do trabalho [determina] – a tal questão ele não apresentou resposta. Ricardo nunca afirma que a coisa se torna valor exatamente por ser produto do trabalho organizado sob a forma social da economia mercantil, mas sim por ser produto do trabalho. Sua teoria carece de qualquer compreensão clara do duplo caráter do trabalho. "A economia política clássica [...] nunca distingue explicitamente e com clara consciência entre trabalho como aparece no valor do produto e o mesmo trabalho como aparece no valor de uso do produto"⁵³. Ricardo "confunde"⁵⁴ esses dois aspectos do trabalho. O resultado de tal confusão entre os aspectos técnico e social do trabalho é que o primeiro vem fortemente à tona e precisamente a forma social da organização do trabalho [o segundo aspecto] é ignorada. Ricardo "não entendeu a forma específica na qual o trabalho é um elemento do valor e falhou particularmente em apreender que o trabalho do indivíduo deve se apresentar como trabalho universal abstrato e, dessa forma, trabalho *social*"⁵⁵.

⁵¹ Marx, 1971, p. 55.

⁵² [Tal afirmação não é completamente correta, dado que Ricardo sustentou que a renda da terra tendia a engolir os lucros graças à diminuição da fertilidade do solo. Seus discípulos mais radicais (e mesmo Lênin, muito depois) chegaram à conclusão de que a terra deveria ser nacionalizada]. [Nota da edição inglesa]

⁵³ Marx, 1976, p. 173, nota de rodapé.

⁵⁴ Marx, 1971, p. 139.

⁵⁵ Marx, 1971, p. 137.



Rosenberg nunca menciona a ausência de qualquer conceito claro sobre trabalho abstrato em Ricardo – um ponto que Marx considerou de importância primordial. Após apresentar a questão de saber "precisamente qual trabalho cria valor", Rosenberg analisa a diferença dos ensinamentos sobre trabalho socialmente necessário e trabalho produtivo em Ricardo e Marx⁵⁶. Mas tal diferença, apesar da óbvia importância, é de segundo plano se comparada à diferença fundamental entre trabalho concreto e abstrato. A única justificativa possível para tal posição de Rosenberg é o fato de que a concepção marxista sobre o trabalho abstrato tem sido geralmente compreendida no sentido fisiológico. Desse ponto de vista é realmente difícil discernir uma diferença de princípio entre as compreensões sobre trabalho de Ricardo e de Marx. Afinal de contas, Ricardo também examinou o trabalho que cria valor a partir de seu aspecto quantitativo e não há dúvida de que ele entendeu a unidade fisiológica geral dos diferentes tipos de trabalho. O conceito de trabalho abstrato no sentido fisiológico era conhecido não apenas por Ricardo mas também por [Benjamin] Franklin⁵⁷. Mas o conceito de trabalho abstrato como uma forma social da organização do trabalho, no qual "uma unidade qualitativa ou uma igualdade"⁵⁸ dos diferentes tipos de trabalho são estabelecidas na equalização dos produtos do trabalho no mercado – isso é apenas da teoria do valor de Marx e a distingue das teorias do valor dos clássicos, especialmente de Ricardo.

4.3 A forma do valor

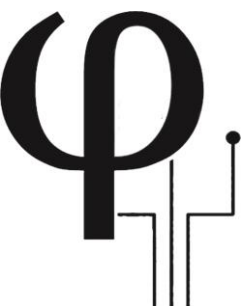
A consistente distinção traçada por Marx entre o processo de produção e a sua forma social, entre os trabalhos concreto e abstrato, permitiram-no desenvolver a doutrina da "forma social do valor" assumida pelos produtos do trabalho, que expressa um tipo definido de relações sociais de produção entre pessoas (enquanto produtoras autônomas de mercadorias). A nova e original contribuição de Marx à teoria do valor-trabalho, quando comparada à de Ricardo, é seu ensinamento sobre a forma do valor. "Uma das principais falhas da economia política clássica é que nunca conseguiu descobrir – por meio da análise da mercadoria e particularmente de seu valor – a *forma do valor*, que de fato transforma o valor em valor de troca"⁵⁹. A compreensão da forma do valor é de

⁵⁶ Sobre os equívocos de Rosenberg na seção referente a trabalho produtivo, ver Hilferding, 1922, pp. 107-08 [HILFERDING, R., "Karl Marx's Formulation...", *op. cit.*]

⁵⁷ Marx, 1976, p. 173 e Marx, 1970, pp. 56-7.

⁵⁸ Marx, 1976, p. 173, nota de rodapé.

⁵⁹ Marx, 1976, p. 174, nota de rodapé.



importância decisiva, pois é "a forma mais universal do modo de produção burguês" e demarca-o "como um tipo particular da produção social, de caráter histórico e transitório"⁶⁰. Sem entender a forma do valor é impossível apreender a forma econômica social dada – a saber, a capitalista –, bem como suas formas econômicas próprias: a forma do dinheiro, a forma do capital etc. A "forma do valor" significa que na sociedade mercantil o trabalho despendido pelas pessoas assume a forma do valor, enquanto propriedade dos produtos do trabalho, e as mudanças quantitativas no dispêndio de trabalho assumem a forma de mudanças quantitativas no valor das coisas. As relações de produção entre as pessoas são "reificadas"⁶¹. O ensinamento sobre a "forma do valor" revela a verdadeira natureza social do valor, que não é uma propriedade da coisa, mas antes a expressão reificada⁶² das relações de trabalho/produção entre as pessoas.

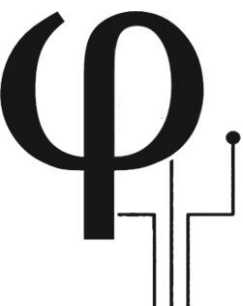
Se o dispêndio de trabalho assume a forma de coisas, então a "forma do valor" representa o vínculo de mediação que conecta o desenvolvimento da produtividade do trabalho à mudança na magnitude do valor dos produtos do trabalho. Ao ignorar esse vínculo de mediação, Ricardo conectou diretamente os dois antípodas, vendo na alteração das proporções de troca entre as mercadorias uma consequência natural e direta do fato do desenvolvimento da produtividade do trabalho, considerada em termos técnicos e independentemente da forma social de produção. Por tal razão, o trabalho aparece como um fator técnico de produção e o valor aparece como propriedade da coisa. De uma forma social que expressa a conexão social entre pessoas, estabelecida por meio de coisas, o valor foi transformado numa propriedade da coisa, que resulta da conexão técnica entre o produto do trabalho e o trabalho como fator de produção. Ricardo descobriu o fato técnico do desenvolvimento da produtividade do trabalho, que é base para mudanças na magnitude do valor, mas não estava interessado na questão de saber por que esse fato técnico assume precisamente a determinada forma social do valor. Ele reduziu valor a trabalho, como seu "conteúdo" ou "substância" técnica, mas não esclareceu por que o trabalho assume a "forma social do valor".

À primeira vista, a conclusão a que chegamos parece paradoxal. Em todo caso, está em desacordo com a opinião da maioria dos críticos de Marx, que afirmam que a diferença fundamental entre Ricardo e Marx está precisamente no ensinamento do último sobre o trabalho como "substância" do valor. Em sua opinião, Ricardo teria estabelecido

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ ["овеществляются"].

⁶² ["вещное выражение"].



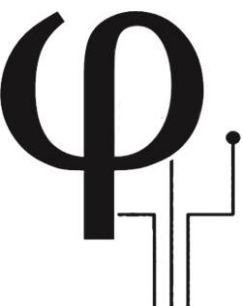
a dependência causal entre as mudanças na magnitude do valor (na parte das mercadorias) e as mudanças na quantidade de trabalho requerida para a sua produção, deixando de lado a questão da própria natureza ou essência do valor. Não satisfeito com o estudo das conexões causais do fenômeno do valor, Marx teria ensinado que o trabalho não apenas determina como também é valor, ou seja, é a *substância* ou *essência* do valor. Esse suposto ensinamento metafísico sobre valor por parte de Marx representaria, na visão dos críticos, sua contribuição original para a teoria do valor – entretanto, tal "novidade" mais regressaria do que avançaria em relação a Ricardo. Tal visão, da parte dos críticos de Marx, é explicada por sua impressão equivocada de que Marx veria no trabalho algum tipo de essência metafísica do valor, o seu substrato material, por assim dizer. Como já sabemos, tal visão naturalista da relação entre trabalho e valor é estranha a Marx. A expressão de que o trabalho representa o "conteúdo" ou a "substância" do valor significa apenas que na base das mudanças de valor residem modificações que ocorrem no processo técnico-material de produção, no desenvolvimento da produtividade do trabalho. Esse aspecto do fenômeno foi enfatizado especialmente por Ricardo. Consequentemente, a diferença fundamental entre ele e Marx não é encontrada no ensinamento da "substância" do valor, mas sim na doutrina referente à "forma do valor".

Marx colocou a questão para si mesmo exatamente da seguinte maneira. Como dissemos (com base nas palavras do próprio Marx), Ricardo enfatizou em diversas passagens que "o trabalho é o fator que as diferentes mercadorias têm em *comum*, que constitui a sua uniformidade, sua *substância*, a fundamentação intrínseca de seu valor. O que ele falhou em investigar, entretanto, é a *forma* específica em que o trabalho desempenha tal papel"⁶³. Ricardo "nem mesmo examina a forma do valor – a forma particular que o trabalho, como substância do valor, assume. Ele apenas examina a magnitude do valor"⁶⁴. Em essência, Marx expressa a mesma ideia em seu capítulo sobre o fetichismo da mercadoria (apenas substituiu o termo "substância" por "conteúdo"): "A economia política, entretanto analisou o valor e a sua magnitude, embora incompletamente, e descobriu o *conteúdo* escondido dentro dessas formas. Mas ela nunca se colocou a questão de saber por que esse conteúdo assume essa *forma* particular, ou seja, por que o trabalho é expresso em valor, e por que a medida do valor pela sua duração é expressa na magnitude do valor do produto"⁶⁵. Noutras palavras, os clássicos

⁶³ Marx, 1971, p. 138 [ênfase de Rubin].

⁶⁴ Marx, 1971, p. 172.

⁶⁵ Marx, 1976, pp. 173-4.



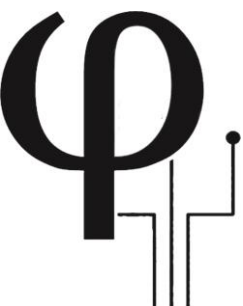
demonstraram que o trabalho é o conteúdo do valor, ao passo que Marx quis esclarecer por que o trabalho assume a forma do valor. A atenção dos clássicos era voltada a revelar a base técnico-material das formas sociais determinadas, que apenas consideraram dadas e não submeteram a maior análise. Marx, por sua vez, assumiu a tarefa de descobrir as leis do surgimento e desenvolvimento das formas sociais assumidas pelo processo técnico-material de produção em dado estágio do desenvolvimento das forças produtivas.

Essa é a mais profunda diferença entre o método dos clássicos e o de Marx e reflete estágios necessariamente diferentes no desenvolvimento do pensamento econômico. A análise científica começa "com o resultado do processo de desenvolvimento à mão"⁶⁶, com a multitude das formas socioeconômicas que encontra já estabelecidas e fixadas na realidade circundante (valor, dinheiro, capital, salários etc.). Essas formas "já possuem a qualidade fixa das formas naturais da vida social antes de as pessoas tentarem dar conta delas, não em seu caráter *histórico* – pois a seu ver são imutáveis –, mas [apenas] quanto a seu *conteúdo* e sentido"⁶⁷. Ao não analisar as formas socioeconômicas dadas, os clássicos tentaram apenas descobrir o seu conteúdo, a sua base técnico-material. No valor, encontraram o trabalho; no capital, os meios de produção; nos salários, os meios de subsistência dos trabalhadores; nos lucros, a abundância dos produtos, provida pelo aumento da produtividade do trabalho. Partindo das formas previamente dadas, e as considerando formas eternas e naturais do processo de produção, não levantaram a questão da sua origem. "A economia clássica não está interessada em elaborar como as várias formas vêm a ser, mas busca reduzi-las à sua unidade por meio da análise, pois parte delas como premissas dadas"⁶⁸. Uma vez que as formas socioeconômicas foram reduzidas a seu conteúdo técnico-material, os clássicos consideraram finalizado o seu trabalho. Mas Marx seguiu adiante precisamente no ponto em que eles interromperam a sua análise. Não estando confinado ao horizonte da economia capitalista, e vendo-a como meramente uma das possíveis formas de economia existentes, Marx levantou a questão: por que um conteúdo técnico-material determinado, em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas, assume exatamente uma forma social dada? As questões metodológicas colocadas por Marx são mais ou menos as seguintes: por que o trabalho assume a forma do valor; os meios de produção, a forma do capital; os meios de subsistência, a forma dos salários; e o crescimento da

⁶⁶ Marx, 1976, p. 168.

⁶⁷ *Ibidem* [ênfase de Rubin].

⁶⁸ Marx, 1971, p. 500.



produtividade do trabalho, a forma do aumento do mais-valor? Ele voltou a sua atenção à análise das formas sociais da economia e às leis de seu surgimento e desenvolvimento, ao "processo formativo [*Gestaltungsprozess*], real, em suas fases diferentes"⁶⁹. Esse método *genético* de Marx é o oposto do método *analítico* dos clássicos⁷⁰. O traço específico do método genético de Marx é encontrado, como vemos agora, não apenas em seu caráter histórico, mas também em seu caráter sociológico, na atenção cuidadosa que dá à investigação das formas sociais da economia. Os clássicos, partindo das formas sociais como dadas, esforçaram-se sobretudo para descobrir a sua base técnico-material. Começando pelas condições de existência do processo de produção material, e pelo nível das forças produtivas, Marx esforçou-se para explicar a origem e o caráter das formas sociais assumidas pelo processo material de produção. É isso que explica o interesse predominante de Marx, como já mencionamos, pelas formas econômicas em geral e pela forma do valor em particular.

4.4 Valor e produtividade do trabalho

Se é verdade que o ensinamento sobre a forma do valor é a parte mais original da teoria do valor de Marx e a distingue da de Ricardo, vale notar que o alemão herda do inglês a doutrina da dependência das mudanças de valor em relação ao desenvolvimento da produtividade do trabalho. Se Ricardo não investigou a conexão entre fenômenos do valor e a forma social de produção, tal conexão e o processo técnico-material de produção atraiu mais a atenção e constituiu o tema central da teoria de Marx. Se disséssemos que a teoria do valor deste diz respeito à produção social, teríamos de dizer que a de Ricardo dizia respeito apenas à produção. A teoria do valor deste é uma doutrina sobre a dependência *causal* das mudanças na magnitude do valor das mercadorias numa sociedade *capitalista* de acordo com a *produtividade do trabalho*. Destacamos

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Cf. Marx sobre a "apresentação genética" [*genetischen Darstellung*]: "A economia política clássica ocasionalmente se contradiz nessa análise. Ela com frequência tenta realizar uma redução direta – deixando de lado os vínculos intermediários – e busca provar que as várias formas são derivadas de uma e mesma fonte. Isso entretanto é uma consequência direta de seu método analítico, a partir do qual deve partir a crítica e a compreensão. A economia clássica não está interessada em elaborar como as várias formas vêm a ser, mas busca reduzi-las à sua unidade por meio da análise [*Sie hat nicht das Interesse, die verschiedenen Formen genetisch zu entwickeln, sondern sie durch Analyse auf ihre Einheit zurückzuführen*], pois parte delas como premissas dadas. Mas a análise é o pressuposto necessário da apresentação genética e da apreensão do processo formativo real em suas diferentes fases [*Die Analyse aber die notwendige Voraussetzung der genetischen Darstellung, des Begreifens des wirklichen Gestaltungsprozesses in seinen verschiedenen Phasen*]" [Marx, 1971, p. 500].



deliberadamente as palavras que dão os traços característicos da obra de Ricardo em relação à de seus predecessores, particularmente à de Adam Smith: 1) com Smith, o estudo das dependências causais no valor das mercadorias se confunde com a busca pela medida que define com precisão o grau dessas mudanças. A confusão entre essas duas abordagens metodologicamente diferentes fez grande mal à economia política enquanto ciência e isso continua a ter relevância hoje. A Ricardo pertence o grande serviço de ter adotado consistentemente um ponto de vista *científico-causal* na teoria do valor; 2) como resultado de confundir a causa das mudanças no valor com a medida do valor, Smith também confundiu o trabalho despendido na produção da mercadoria com o trabalho que pode ser adquirido na troca por dada mercadoria. Daí o imbróglio entre valor-trabalho objetivo e valor-trabalho subjetivo em sua teoria. Ricardo, tendo colocado a questão da causa da mudança do valor, localizou essa causa na quantidade de trabalho despendido na produção da mercadoria. Ele adotou consistentemente o ponto de vista *objetivo* do valor; 3) Smith considerou que a lei do valor-trabalho (em sua formulação objetiva) operava apenas em formações econômicas pré-capitalistas. Ricardo a considerou como lei que também opera (com certos desvios) numa economia *capitalista*, sem contradizer os fenômenos do lucro e da renda; 4) Ricardo viu no desenvolvimento da *produtividade do trabalho* a causa final do fenômeno econômico que investigava. O desenvolvimento da produtividade do trabalho determina o valor das mercadorias em geral e dos meios de subsistência dos trabalhadores em particular, determinando assim tanto os salários quanto os lucros que dependem deles. Diferenças na produtividade do trabalho em diferentes parcelas de terras criam a renda diferencial, o único tipo de renda concebida por Ricardo. Por um lado, vemos uma formulação estritamente matemática das leis das mudanças na magnitude do valor (e também dos salários, lucro, renda e assim por diante), dependendo das mudanças quantitativas na massa de trabalho em produção; por outro lado, há a indiferença frente às formas sociais da produção. Esses são os dois traços básicos da teoria de Ricardo. O primeiro faz dele um precursor de Marx; o segundo nos revela o que faltava em sua teoria e o que Marx contribuiu para a ciência.

Ainda que Ricardo não se interessasse pela natureza social ou forma do valor, ou pela forma social do trabalho, ele mesmo assim compreendeu claramente que as mudanças na magnitude do valor, como as operadas na produtividade do trabalho, são essenciais para os fenômenos sociais. Ele estudou essas mudanças enquanto fenômenos governados por leis objetivas (independentes das vontades dos indivíduos particulares)



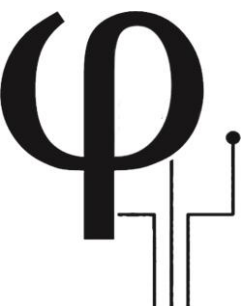
e de longo-alcance – ou, como argumentou N. Sieber, típicas e realizadas em média⁷¹. Ele viu a causa última das mudanças da magnitude do valor nas mudanças processadas na produção social, embora tenha se referido a esta não em termos de sua forma social e sim em termos de seu conteúdo técnico-material – não como a totalidade das relações de produção, mas como a soma das atividades técnicas e concretas de trabalho. Ainda assim, a determinação consistente do valor no processo de produção foi, em si mesmo, o grande serviço de Ricardo; o que abriu caminho a Marx⁷². Portanto, não podemos concordar com Rosenberg quando afirma que uma das principais diferenças entre Marx e Ricardo seria o fato de que o último alegadamente teria estudado os fenômenos do valor a partir de uma perspectiva privada – não do ponto de vista da economia política. Se esse fosse realmente o caso, seria de admirar como Ricardo, partindo de um ponto de vista econômico-privado, teria fornecido uma teoria da economia capitalista na qual, "em sua teoria do valor" – segundo a exagerada expressão de Rosenberg – "Marx ergueu-se sobre os seus ombros" (p. 186). Na realidade, foi somente o ponto de vista da economia política que permitiu a Ricardo construir sua teoria. Ele tomou a economia nacional [economia política] como assunto de sua investigação, ainda que não tenha examinado a sua forma social.

4.5 Valor relativo e absoluto

Igualmente, não podemos concordar com a visão de Rosenberg de que a segunda diferença fundamental entre Ricardo e Marx envolve a negligência, por parte do primeiro, do "valor absoluto" (pp. 188, 185, 116 e 118). Essa opinião é disseminada na literatura marxista e na antimarxista. Entretanto, precisamente nesse ponto consideramos

⁷¹ Nikolai Sieber, *David Ricardo and Karl Marx* (St. Petesburgo, 1897), p. 82 et ss. [para comentários sobre Sieber, veja artigos de James D. White e David Smith, bem como a curta tradução da obra de Sieber na primeira parte de Paul Zarembka (ed.), *Marx's Capital and Capitalism; Markets in a Socialist Alternative* (Research in Political Economy, vol. 19, 2001)].

⁷² Isso, em certas ocasiões, levou Marx a atribuir a Ricardo certas concepções que – em nossa opinião – foram desenvolvidas apenas por ele próprio, Marx, pouco depois. Pode-se concordar com Marx que, como resultado do estudo dos clássicos, especialmente de Ricardo, "o mundo fantasmagórico das mercadorias se dissolve e é visto como uma continuidade simples entre desaparecimento e reprodução incessante da objetivação do trabalho humano" (Marx, 1971, p. 429). Entretanto, não podemos concordar [com a afirmação de Marx de] que para Ricardo "o valor de troca das coisas é uma mera expressão, uma forma social específica, da atividade produtiva dos homens" (Marx, 1971, p. 181). Em outros lugares, Marx faz uma abordagem mais cuidadosa dos clássicos, notando ambos os lados dos seus sistemas – o produtivo-social a o técnico-material, o primeiro dos quais foi desenvolvido por Marx e o segundo pelos assim chamados economistas vulgares (veja o adendo a [Teorias do] *Mais-valor*, III, "Rendimento e suas fontes. Economia política vulgar"). Em geral e como um todo, podemos dizer que Marx estava mais inclinado a exagerar do que a subestimar a grande contribuição dos clássicos. Entre muitos marxistas, e particularmente no livro de Rosenberg, a inclinação a encontrar uma similaridade entre o ensinamento sobre valor nos clássicos e a teoria de Marx é ainda mais evidente.



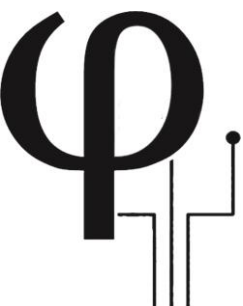
impossível ver qualquer diferença de princípio entre os dois. A certa altura, Marx anota que "o valor relativo significa antes de tudo *magnitude de valor* à diferença da qualidade de ter valor enquanto tal [...], e, em segundo lugar, o valor de uma mercadoria expresso no valor de uso de outra mercadoria"⁷³. Noutras palavras, lidamos aqui com três conceitos diferentes: 1) o valor da mercadoria expresso no valor de uso de outra mercadoria; por exemplo, o valor de um par de botas como equivalente de três *yards* de roupa; 2) a magnitude do valor da mercadoria como determinada pelo montante de trabalho despendido em sua produção; por exemplo, a magnitude do valor do par de botas é definida como nove horas de trabalho, ou a magnitude do valor do par de botas se relaciona com a do *yard* de roupa (enquanto nove horas de trabalho para três horas de trabalho); 3) a qualidade do valor em geral, sem especificar a sua magnitude; por exemplo, um par de botas tem a forma do valor em geral. O primeiro conceito é chamado de valor relativo; o segundo, como indicado por Marx, também às vezes é chamado de valor relativo mas frequentemente de [valor] absoluto⁷⁴. O terceiro é sempre chamado de absoluto. O mais correto seria descartar essa terminologia pouco clara e apresentar os três conceitos assim: 1) a proporção de troca entre as duas mercadorias; 2) o valor quantitativamente determinado da mercadoria, ou sua magnitude de valor, e 3) a qualidade ou forma de valor em termos gerais, sem qualquer determinação de sua magnitude.

Alguém diria que Ricardo estuda apenas o valor relativo, no sentido do primeiro conceito, i.e., as proporções de troca das mercadorias, independentemente de qualquer relação com o dispêndio de trabalho em sua produção? Basta ler o primeiro capítulo da obra de Ricardo para se convencer de que, ao estudar qualquer proporção de troca entre mercadorias e as mudanças que ocorrem, Ricardo invariavelmente coloca a questão de saber se houve mudanças na quantidade de trabalho despendida na produção de uma mercadoria dada⁷⁵. Ricardo investiga o segundo tipo de fenômeno que mencionamos – ou seja, o valor-trabalho em seu aspecto quantitativo – e ignora apenas o terceiro problema: a qualidade do valor em geral, ou, mais propriamente, a forma social do valor. Chamar essa "forma do valor" de valor absoluto produziria um uso incorreto da

⁷³ Marx, 1971, p. 132.

⁷⁴ Marx, 1968, pp. 19-22.

⁷⁵ Veja Ricardo, 1821 [O primeiro capítulo, "Sobre o valor", dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, de Ricardo, diversas vezes trata do apontado por Rubin. Na p. 7, Ricardo diz: "Se a quantidade de trabalho realizada nas mercadorias regula os seus valores de troca, então cada acréscimo na quantidade de trabalho tem de aumentar o valor da mercadoria em que é empregado, assim como cada diminuição deve diminuí-lo." (Ricardo, 1821, p. 4)].



terminologia. Em suas diversas observações de que Ricardo está apenas interessado na magnitude do valor, Marx buscou enfatizar antes de tudo a ausência de qualquer ensinamento sobre a forma social do trabalho ou a forma do valor na doutrina de Ricardo⁷⁶. É nisso, e não no ensinamento sobre o valor absoluto, que deve ser encontrada a diferença fundamental entre Ricardo e Marx.

É dessa diferença fundamental que também brota a diferença na formulação da teoria do dinheiro. Foi apenas o seu ensinamento sobre a forma do valor que permitiu a Marx desenvolver a sua teoria do dinheiro. Ricardo não foi capaz de explicar a necessidade da formação do dinheiro, que para ele restou externo e circunstancial, algo que não resulta necessariamente do caráter mercantil da economia. É portanto impossível concordar com Rosenberg, pois, ao passo que desenha uma afinidade íntima entre as teorias do valor de Ricardo e de Marx, encontra as diferenças fundamentais entre eles em suas visões diferentes a respeito da teoria do dinheiro (pp. 179, 188). A diferença entre Ricardo e Marx na teoria monetária não é fundamental, mas derivada, resultante das suas diferenças na teoria do valor.

4.6 Capital e mais-valor

Se Ricardo, já na teoria do valor, encontrou dificuldades intransponíveis – dado que a natureza social do valor, enquanto relação de produção entre pessoas, não estava clara para ele –; o mesmo deve ser dito, e com maior destaque, para a teoria do capital e do mais-valor.

O método de Marx, como vimos, consiste em destacar e investigar em forma consistente os diferentes tipos de relações de produção entre pessoas numa economia capitalista, começando pela mais simples. Depois de considerar as relações entre pessoas enquanto produtoras autônomas de mercadorias (a teoria do valor e do dinheiro), ele analisa a relação entre capitalistas e trabalhadores (a teoria do capital e do mais-valor), tendo em vista então se voltar às relações entre capitalistas industriais nas várias esferas da produção (a teoria da taxa de lucro igual e do preço de produção). O industrial vende a roupa produzida em sua fábrica. Algo poderia parecer mais simples do que essa transação? Entretanto, para Marx, ela representa um fenômeno social muito complexo, no qual diversas relações estão interligadas: a relação do industrial 1) com os

⁷⁶ Marx, 1971, p. 131.

compradores, 2) com seus trabalhadores, 3) com outros capitalistas industriais. Com ajuda da análise lógica, Marx destaca esses tipos diferentes de relações de produção entre pessoas, estudando-os seriamente na ordem de sua complexidade. Ricardo, cuja atenção está fixada não nas relações de produção entre pessoas, mas no movimento dos preços das coisas, vê aqui apenas uma transação de venda da roupa, na qual está pressuposto, desde o início, que o vendedor é um capitalista que, por causa da competição com outros capitalistas, recebe da sua venda um lucro médio pelo seu capital. Ricardo assume de antemão a existência simultânea de todos os tipos de relações de produção entre pessoas. Desde a primeira página de seu livro, investigando o valor, ele já pressupõe a existência do capital e a norma média do lucro. "O erro de Ricardo é precisamente que em seu primeiro capítulo, sobre o valor, todo tipo de categoria que ainda teria de ser demonstrada é assumido *como dado*"⁷⁷. Marx organiza essas categorias em termos de uma certa perspectiva científica, ao passo que Ricardo tem todas elas num plano único, na qual se chocam e se contradizem umas às outras.

No sistema de Marx, a teoria do capital é apresentada depois da teoria do valor e precede a teoria dos preços de produção e da taxa igual de lucro. Dado que Ricardo assume todas essas categorias como operantes desde o início, os resultados são que 1) a categoria de capital é frequentemente confundida, por um lado, com a categoria simples do valor; e 2) o mais-valor, por outro lado, é confundido com a categoria mais complexa do lucro.

Conseqüentemente, Ricardo é incapaz de entender a "diferença específica entre *mercadoria e capital*"⁷⁸, ou seja, ele não consegue entender que a conversão da mercadoria (valor) em capital pressupõe que – afora a relação de produção entre pessoas enquanto produtoras de mercadorias – haja também um novo tipo de relação de produção entre pessoas, enquanto capitalistas e trabalhadores.

1) Ao passo que para Marx o capital é a expressão reificada⁷⁹ das relações de produção entre capitalistas e trabalhadores, Ricardo dá uma definição material ou técnica de capital, enquanto meios de produção no sentido amplo da palavra, incluindo nisso os meios de consumo dos trabalhadores⁸⁰. Rosenberg ignora totalmente esse ponto decisivo (p. 177).

⁷⁷ Carta de Marx a Kugelmann, 11 julho de 1868, in *MECW*, vol. 43, p. 69.

⁷⁸ Marx, 1968, p. 403.

⁷⁹ ["вещное выражение"].

⁸⁰ Ricardo, 1821, pp. 25-6.



2) O capital para Ricardo é apenas "trabalho acumulado", enquanto oposto a "trabalho imediato" ou vivo⁸¹. A distinção social entre capital e trabalho é transformada numa distinção técnica entre trabalho acumulado e imediato. As categorias básicas da economia capitalista, capital e força de trabalho (trabalho contratado) são dissolvidas em "trabalho", uma categoria da economia mercantil simples.

3) Se, para Ricardo, a troca entre capital e força de trabalho – a relação de produção fundamental na sociedade capitalista – tem a característica de uma simples troca entre trabalho acumulado e imediato, então a formação do mais-valor torna-se incompreensível. Do ponto de vista da formação do *valor*, trabalho imediato e acumulado desempenham papéis completamente diferentes⁸²; e a troca entre eles, de acordo com a lei do valor, i.e., a troca de equivalentes, não deixa, é claro, lugar para o mais-valor.

4) A resolução desse problema de formação do mais-valor requer que o trabalho acumulado e o imediato adquiram um caráter social específico. "Trabalho acumulado", nas mãos de uma pequena parte da população (a classe capitalista), serve como meio de domínio social e exploração dos trabalhadores, i.e., enquanto "capital". O "trabalho imediato", como diferente dos meios de produção monopolizados pelos capitalistas, é transformado em uma mercadoria especial, a "força de trabalho" (trabalho contratado), que é vendida pelos trabalhadores aos capitalistas. Apenas a relação social entre capitalistas e trabalhadores, entre "capital" e "força de trabalho", pode explicar como a troca formal de equivalentes é na realidade uma troca de não equivalentes.

Em seu prefácio ao segundo volume de *O capital*, Engels apontou que Marx, com o seu ensinamento de que o capital não se troca pelo trabalho, mas pela força de trabalho, resolveu "uma das dificuldades que fizeram naufragar a escola ricardiana"⁸³. Rosenberg contesta a visão de Engels, argumentando que "Ricardo, em sua teoria, sempre distinguiu de fato entre os conceitos de trabalho e força de trabalho" (p. 119)⁸⁴. Mas toda a questão, de fato, consiste em saber se Ricardo viu uma diferença técnica ou social entre eles.

"Em vez *trabalho*, Ricardo deveria ter discutido força de trabalho. Mas se o fizesse, o *capital* teria se revelado enquanto condições materiais do trabalho que confrontam o trabalhador como uma força que adquiriu existência independente, e o capital seria revelado de uma vez como *uma relação social definida*. Ricardo, por isso,

⁸¹ Marx, 1968, pp. 398-99.

⁸² Marx, 1968, p. 399.

⁸³ Engels, *in* Marx, 1978, p. 99.

⁸⁴ O argumento de Rosenberg, de que Marx diferiu de Engels (pp. 118-19) a respeito desse aspecto da teoria de Ricardo, é completamente incorreto.



apenas distingue 'trabalho acumulado' de 'trabalho imediato'. E é algo puramente físico, apenas um elemento no processo de trabalho, a partir do qual a relação entre trabalho e capital, salários e lucros, jamais poderia ser desenvolvida."⁸⁵

Tais palavras de Marx explicam muito bem seu pensamento: quando Ricardo diz que o capital é trocado por trabalho, é claro que ele compreende isso no sentido de que a troca envolve trabalho vivo e imediato (força de trabalho, no sentido técnico), mas ele perde de vista a forma social específica, de classe, desse "trabalho imediato"; o fato de [o trabalhador] ser privado dos meios de produção e por isso ter de vender ao capitalista a sua mercadoria – a força de trabalho (trabalho contratado ou força de trabalho em sentido social). A diferença entre "trabalho" e "força de trabalho" tem um caráter social, não técnico⁸⁶.

Se, por um lado, Ricardo confundiu capital e força de trabalho (os conceitos fundamentais da economia capitalista) com trabalho enquanto criador de valor (o conceito fundamental de uma economia mercantil simples), ele também confundiu, por outro lado, o mais-valor e uma categoria mais complexa, o lucro. Em nenhum lugar Ricardo investigou o "mais-valor enquanto tal, i.e., independentemente de suas formas particulares, como lucro, renda da terra etc."⁸⁷. Isso significa que ele nunca isolou, para estudo especial, a relação de produção entre a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores assalariados, separados das relações de produção existentes entre os diferentes grupos de capitalistas ou entre capitalistas e proprietários de terras. Ricardo erroneamente "identifica mais-valor e lucro" e confunde as leis do mais-valor com as leis do lucro⁸⁸.

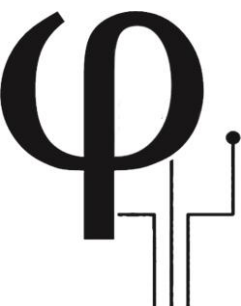
Se a fraqueza da teoria do mais-valor de Ricardo reside em ignorar as formas sociais e as relações de produção entre as pessoas, a sua força está no estudo das magnitudes e mudanças quantitativas do mais-valor (o qual ele confunde, como vimos, com o lucro). A lei segundo a qual os salários e o mais-valor mudam em direções opostas (embora formulada em forma muito absoluta), bem como a [análise da] influência das mudanças na produtividade do trabalho sobre a magnitude dos salários e portanto na magnitude do mais-valor – tais são os fenômenos básicos investigados por Ricardo.

⁸⁵ Marx, 1968, p. 400.

⁸⁶ Para mais detalhes nesse quesito, ver meu livro *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* [Rubin, 1990].

⁸⁷ Marx, 1976, p. 660. [Veja também Marx, 1968, p. 373: "Em nenhum lugar Ricardo considerou o mais-valor separado e independentemente de suas formas particulares – o lucro (juros) e a renda"].

⁸⁸ Marx, 1968, p. 376. [Veja também Marx, 1976, p. 660: "Ele portanto falhou em diferenciar entre as leis que governam a taxa de mais-valor e as que governam a taxa de lucro"].



Nisso, assim como na teoria do valor, encontramos o interesse principal de Ricardo nas mudanças na produtividade do trabalho enquanto causa fundamental das mudanças na magnitude do mais-valor; em outras palavras, ele está interessado principalmente no mais-valor relativo, não no absoluto⁸⁹. No entanto, outros fatores sociais que influenciam na magnitude do mais-valor – tais como a duração da jornada de trabalho, a intensidade do trabalho ou o número de trabalhadores – ficaram inexplorados por Ricardo⁹⁰. "Ele não reconhece mudança seja na duração da jornada de trabalho ou na intensidade do trabalho, portanto, para ele, o único fator variável é a produtividade do trabalho"⁹¹.

4.7 Preços de produção

Após terminar a sua investigação sobre as relações de produção entre proprietários de mercadorias (teoria do valor) e entre capitalistas e trabalhadores (teoria do capital), no volume III de *O capital* Marx se volta ao estudo das relações de produção entre capitalistas industriais em diferentes esferas da produção (a teoria dos preços de produção)⁹². A competição de capitais em esferas diferentes de produção leva à formação de uma taxa média geral de lucro e à venda das mercadorias por seus preços de produção, os quais equivalem aos custos de produção somados ao lucro médio e não correspondem quantitativamente ao valor-trabalho das mercadorias. Mas dado que a magnitude dos custos de produção e do lucro médio, assim como as suas mudanças, são explicados por mudanças na produtividade do trabalho e pelo valor contido nas mercadorias, então as leis que governam as mudanças nos preços de produção só podem ser compreendidas se partirmos da lei do valor. Por outro lado, a taxa média de lucro e os preços de produção, enquanto reguladores da distribuição dos capitais entre as diferentes esferas da produção, também regulam indiretamente – pela própria distribuição dos capitais – a distribuição do trabalho social. A economia capitalista é um sistema de capitais dispersos dentro de um equilíbrio movedição de capitais, mas ao mesmo tempo – como toda economia erguida sobre a divisão do trabalho – nunca cessa de ser um sistema de trabalho disperso e em equilíbrio. Basta saber discernir, sob o processo visível de distribuição dos capitais, o

⁸⁹ Marx, 1968, p. 406.

⁹⁰ *Ibid.*

⁹¹ Marx, 1976, p. 660.

⁹² Aqui mencionamos apenas esses três tipos básicos de relações de produção da sociedade capitalista, deixando de lado as outras relações de produção investigadas por Marx (entre capitalistas industriais, comerciais e monetários, e também entre capitalistas e proprietários de terras).



processo invisível de distribuição do trabalho social. Marx conseguiu mostrar claramente a conexão entre esses dois processos porque esclareceu o conceito que serve como elo de ligação entre eles, a saber, a composição orgânica do capital. Compreendendo a divisão do capital em constante e variável, assim como a norma da distribuição do mais-valor, podemos facilmente passar da distribuição dos capitais à distribuição do trabalho. Suponhamos que capitais iguais de 100 sejam investidos em duas esferas da economia de um país. A composição orgânica do capital na primeira esfera é de $80c + 20v$, e a do capital na segunda esfera é de $70c + 30v$ ("c" é capital constante e "v" é capital variável). Se a taxa de mais-valor é igual a 100%, então sabemos que a soma geral dos trabalhos morto e vivo envolvidos na produção consiste, na primeira esfera, em 120, e, na segunda, em 130. A magnitude correspondente ao trabalho vivo na primeira esfera é 40, e, na segunda, 60⁹³. Da distribuição do capital chegamos à distribuição do trabalho.

Assim, ao passo que Marx dá no volume III de *O capital* uma teoria dos *preços de produção* como reguladores da *distribuição de capitais*, essa teoria, em ambos os aspectos, é conectada à teoria do valor: por um lado, os preços de produção são derivados do valor-trabalho, por outro lado, a distribuição dos capitais nos conduz à distribuição do trabalho social. No lugar do esquema de uma sociedade mercantil simples (produtividade do trabalho – valor-trabalho – distribuição do trabalho social), temos um esquema mais complexo, para uma economia capitalista (produtividade do trabalho – valor-trabalho – preços de produção – distribuição do capital – distribuição do trabalho social). A teoria marxista dos preços de produção não contradiz a teoria do valor-trabalho; ela é construída sobre ela e a inclui como parte componente. Isso é compreensível se lembrarmos que a teoria do valor-trabalho estuda apenas um tipo de relação de produção entre pessoas (aquela entre proprietários de mercadorias), ao passo que a teoria dos preços de produção pressupõe a existência dos três tipos básicos de relações de produção na sociedade capitalista (a relação entre proprietários de mercadorias, entre capitalistas e trabalhadores, e entre grupos diferentes de capitalistas industriais). Se nos ativermos, como ora fazemos, apenas a esses três tipos de relações de produção, então uma economia capitalista pode ser comparada a um espaço tridimensional, no qual a orientação é possível apenas com a ajuda de três medidas ou três planos. Assim como um espaço tridimensional não pode ser reduzido a um único plano, também a teoria da economia capitalista não pode ser reduzida apenas à teoria do valor. E assim como a orientação no espaço requer a determinação da

⁹³ [As somas de 40 e 60 incluem o dispêndio em trabalho vivo, "v", mais o correspondente mais-valor de cada esfera]

distância de um ponto determinado em relação a cada um dos três planos iniciais, também a teoria da economia capitalista já pressupõe o ensinamento sobre as relações de produção entre proprietários de mercadorias, i.e., a teoria do valor-trabalho. Os oponentes de Marx, que veem uma contradição entre teoria do valor-trabalho e teoria dos preços de produção, não entendem o método de Marx, que implica uma investigação consistente dos vários tipos de relações de produção, ou, por assim dizer, das diversas forças de medida social⁹⁴.

Ao passo que Marx localiza esses três tipos de relações de produção em planos diferentes, mas coordenados cientificamente, eliminando assim as aparentes contradições entre eles, Ricardo, como vimos, localiza todos os fenômenos num único plano, forçando-os, por assim dizer, a se chocar frente a frente. Já no primeiro capítulo de seu livro, voltado ao valor, ele pressupõe tanto a economia capitalista em geral quanto a norma do lucro médio. Ricardo foi o primeiro a entender e formular a contradição entre a teoria do valor-trabalho e a tendência, peculiar à economia capitalista, à igualação da taxa de lucro. (Adam Smith contornou essa contradição ao localizar a vigência da lei do valor apenas num período anterior ao capitalismo). Mas graças a seu próprio método de investigação, que inclui a justaposição direta de várias categorias econômicas, ao passo que ignora as mediações necessárias entre elas, ele [Ricardo] foi incapaz de colocar o problema em toda a sua amplitude. Dado que Ricardo pressupõe desde o início uma taxa média de lucro, i.e., a venda das mercadorias proporcionalmente não a seu valor-trabalho, mas a seu preço de produção, ele pôde evitar assim o problema fundamental da formação da taxa média de lucro e a conversão do valor em preço de produção. Sua atenção se voltou, portanto, a uma questão parcial: uma elevação ou diminuição dos salários, independentemente das mudanças no valor-trabalho, influencia os preços relativos das mercadorias produzidas por capitais de composições orgânicas diferentes? (Ricardo tem em mente relações diferentes entre capitais fixos e circulantes, considerando períodos de tempo distintos em que capitais devem ser adiantados por capitalistas). Com Ricardo, essa questão parcial encobre o problema fundamental da conversão do mais-valor em lucro médio e [da conversão] do valor em preço de produção. Ao passo que para Marx o preço de produção, quando comparado ao valor, representa uma nova "forma de determinação" (correspondente a um tipo mais complexo de relações de produção entre as pessoas), Ricardo o vê como uma "exceção" ao valor das mercadorias. Desejando todavia preservar

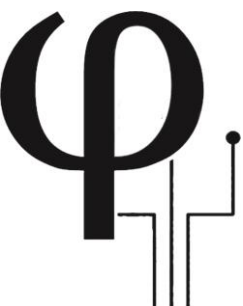
⁹⁴ Uma apresentação detalhada da teoria marxista do preços de produção poderá ser encontrada na segunda edição do nosso livro *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx*, ora em preparo para publicação [Rubin, 1990].

o último [o valor], ele acalma suas preocupações por meio da conclusão de que essas "exceções" desempenham um papel secundário, e que os resultantes desvios dos preços em relação aos valores são insignificantes, quando comparados à influência que a quantidade de trabalho requerida à produção de mercadorias tem sobre seus valores.

Resumindo as conclusões deste capítulo, consideramos necessário lembrar que não temos intenção de prover uma análise detalhada da relação complexa entre Marx e Ricardo; nosso propósito é meramente o de notar o ponto de vista geral pelo qual, em nossa opinião, a questão deve ser abordada. O exame de partes específicas das teorias de Ricardo e de Marx e a análise comparativa de seus pontos de similaridade e diferença só podem ser frutíferos se iluminados por uma compreensão clara das especificidades metodológicas das duas teorias. Vemos uma diferença de princípio, que separa a teoria de Marx da de Ricardo, na distinção que o primeiro traça entre o processo de produção técnico-material e a sua forma social⁹⁵ – uma diferença que não exclui sua interação ou a dependência causal das mudanças das relações de produção entre pessoas graças ao desenvolvimento das forças produtivas. A economia política estuda a forma social da economia; e a posição de Marx frente a isso lança uma nova e inesperada luz sobre os fenômenos econômicos, incluindo os que já tinham sido estudados pelos clássicos. Marx nos mostrou todas as categorias econômicas em uma nova perspectiva e de um novo ponto de vista, que muda fundamentalmente a nossa compreensão da natureza dos fenômenos econômicos. De propriedade das coisas, as categorias econômicas foram transformadas em relações de produção entre as pessoas, [relações] que assumem uma forma reificada⁹⁶. Marx seguiu de forma consistente essa abordagem metodológica geral em sua teoria do valor, do dinheiro, do capital e assim por diante. Essa abordagem metodológica geral destaca em primeiro plano a "forma (social) do valor". O ensinamento sobre o valor, enquanto uma forma social dos produtos do trabalho que decorre de uma forma social determinada de organização do trabalho, é a contribuição nova e original de Marx à teoria do valor. Mais do que completar a teoria dos clássicos, isso faz de Marx o criador original de uma nova teoria econômica.

⁹⁵ [A distinção é clara em *O capital*, vol. 1, capítulo VII, "Processo de trabalho e processo de valorização", no qual Marx diferencia o *Arbeitsprozeß* (processo de trabalho) técnico de suas formas sociais: o *Wertbildungsprozeß* (processo que cria valor, numa produção mercantil simples) e *Verwertungsprozeß* (processo de valorização, a extração do mais-valor do trabalho não pago, na produção mercantil capitalista)].

⁹⁶ [‘вещную форму’].



REFERÊNCIAS

- DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. *Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden/Boston: Brill, 2017.
- HILFERDING, R. Böhm-Bawerk's Criticism of Marx. In: *Karl Marx and the Close of His System*, together with an Appendix consisting of an article by Ladislaus von Bortkiewicz on the transformation of values into prices of production in the Marxian System. Edited by Paul M. Sweezy. New York: A.M. Kelley, 1949. Originally published in *Marx-Studien: Blätter für Theorie und Politik des wissenschaftlichen Sozialismus*, Band 1, 1904, pp. 1-61.
- HILFERDING, R. Karl Marx's Formulation of the Problem of Theoretical Economics (1905). In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. *Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden/Boston: Brill, 2017.
- MARX, Karl. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Moscow: Progress Publishers, 1970.
- MARX, Karl. *Theories of Surplus-Value (Volume IV of Capital)*, Volume II. Moscow: Progress Publishers, 1968.
- MARX, Karl. *Theories of Surplus-Value (Volume IV of Capital)*, Volume III. Moscow: Progress Publishers, 1971.
- MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume I. Introduced by Ernest Mandel. Translated by David Fernbach. London: Penguin, 1976.
- MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume II. Introduced by Ernest Mandel. Translated by David Fernbach. London: Penguin, 1978.
- MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume III. Introduced by Ernest Mandel. Translated by David Fernbach. London: Penguin, 1992.
- MECW (Marx & Engels Collected Works). 50 vols. New York: International Publishers, 1975–2004.
- RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Third Edition. London: John Murray, 1821.
- ROSENBERG, Isaiah. *Ricardo und Marx als Werttheoretiker. Eine Kritische Studie*. Wien: Ignaz Brand, 1904.
- RUBIN, I. I. *Essays on Marx's Theory of Value*. Montreal: Black Rose Books, 1990.
- RUBIN, I. I. *Marx's Teaching on Production and Consumption (1930)*. In: DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel F. *Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin*. Leiden/Boston: Brill, 2017.
- SIEBER, Nikolai. *David Ricardo and Karl Marx*. St. Petersburg, 1897.

